



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
EGAS MONIZ**

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**CRENÇAS, DISTORÇÕES COGNITIVAS E VIOLÊNCIA EM
RELAÇÕES DE NAMORO**

Trabalho submetido por
Júlia M. do Couto
Para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense Criminal

Trabalho orientado por
Prof. Doutora Cristina Soeiro

outubro de 2013

“A finalidade da arte é, simplesmente, criar um estudo da alma.”

Oscar Wilde

Dedicatória

À minha família.

Que possibilitou a concretização deste trabalho, que encorajou todo o esforço e nunca deixou de acreditar.

Agradecimentos

À minha família, que torna Tudo possível e que sempre me apoiou em todos os momentos.

À Cristina Veloso, por todo o auxílio nas fases críticas e pelos nossos debates extremamente produtivos.

À Joana Pinheiro, por todo o apoio e motivação preciosos.

Ao Luís Carvalho, pelos ferozes incentivos nos momentos difíceis.

Aos colegas de mestrado, pela partilha de conhecimentos e experiências.

À Professora Cristina Soeiro, por toda a ajuda e orientação no melhor rumo a tomar. Pela constante presença e disponibilização de todo o tempo preciso a guiar-nos no melhor caminho.

Resumo

A presente dissertação de mestrado possui como objetivo o estudo das distorções cognitivas e das crenças sustentadoras de violência como fatores de risco para a presença de violência em relações de namoro numa amostra composta por 180 casais de jovens estudantes universitários com uma média de idades compreendidas entre os 21 e os 24 anos idade, que tenham, ou tenham tido, experiência numa ou mais relações amorosas. Para este fim, foram utilizados os instrumentos “*Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory*” (Wolfe, Scott, Straatman, Grasley, & Reitzel-Jaffe, 2001) que investe na avaliação do nível de violência presente em relações de namoro; o “*Cognitive Distortion Scale*” (Briere, 2000) que permite a verificação do grau de distorções cognitivas “self-debasing”; e o “*Acceptance of Couple Violence Scale*” (Foshee, Fothergill, & Stuart, 1992) que possibilita a avaliação da presença de crenças sustentadoras da violência. Os resultados obtidos evidenciaram uma correlação moderada entre as distorções cognitivas e a presença de violência em relações de namoro, confirmando o cariz de risco das distorções cognitivas em relações de namoro violentas. As crenças sustentadoras de violência revelaram-se também moderadamente correlacionadas com a presença de violência nas mesmas relações, confirmando também o carácter de risco destas. A análise realizada entre as crenças sustentadoras de violência no namoro e as distorções cognitivas apresentou uma capacidade explicativa reduzida, pelo que a relação entre as duas foi considerada limitada.

Palavras-chave: Distorções cognitivas; crenças sustentadoras de violência; violência no namoro; violência juvenil.

Abstract

The present dissertation aimed to study the cognitive distortions and the dating violence supportive beliefs as risk factors for the presence of violence in dating relationships in a sample composed by 180 dating university students with a mean of age comprehended between 21 and 24 years old. These, have, or have had, experience in one or more dating relationships. For this, the following instruments were used: the "Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory" (Wolfe, Scott, Straatman, Grasley, & Reitzel - Jaffe, 2001), which aims to assess the level of violence present in dating relationships; the "Cognitive Distortion Scale" (Briere , 2000), which allows the verification of an individual's level of cognitive distortions; and the " Acceptance of Couple Violence Scale" (Foshee , Fothergill , & Stuart, 1992), that allows one to check the presence of violence supportive beliefs in a dating relationship. Regarding the results, the cognitive distortions showed a moderate correlation with the presence violence in the dating relationships, thus confirming its risk character towards a dating relationship. The violence supportive beliefs also demonstrated being moderately correlated to the presence of violence within the relationships, also confirming themselves as a risk factor in dating relationships. However, the mediation analysis between the dating violence supportive beliefs and the cognitive distortions presented a reduced explanatory capacity, so that the relationship between the two was considered limited.

Key-words: Cognitive distortions; violence supportive beliefs; dating violence; juvenile violence

Índice

Introdução.....	10
A Violência em Relações de Namoro entre Casais de Jovens Universitários.....	11
Definição de Violência	11
Tipos de violência.....	12
Violência física.....	12
Violência psicológica.....	12
Violência sexual.....	12
Violência económica ou financeira.....	13
Violência em relações de intimidade	13
Definição de namoro.....	14
Definição de violência no namoro	14
Prevalência da Violência no Namoro	16
Teorias explicativas e fatores de risco para a violência no namoro.....	18
Impacto e Consequências da Violência no Namoro	21
Perfil do Agressor	23
Perfil da Vítima.....	24
As Crenças e as Distorções Cognitivas	24
Distorções Cognitivas.....	29
Objetivos e Hipóteses	33
Método.....	34
Participantes.....	34
Instrumentos.....	34
Procedimentos.....	37
Resultados.....	39
Discussão	44
Conclusão	47
Referências	49
Anexos.....	55

Índice de tabelas

Tabela 1 - Prevalência dos tipos de violência em relações de namoro.....	41
Tabela 2 - Diferenças de sexo relativamente aos comportamentos de perpetração e vitimação de violência no namoro.....	42
Tabela 3 - Diferenças de Sexo na Perpetração dos Vários Tipos de Violência.....	42
Tabela 4 - Diferenças de sexo na vitimação dos vários tipos de violência.....	43
Tabela 5 - Diferenças de sexo entre os diferentes tipos de distorções cognitivas.....	44
Tabela 6 - Relação entre crenças sustentadoras de violência no namoro e as distorções cognitivas.....	45

Lista de Abreviaturas

CADRI - Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory

CDS - Cognitive Distortion Scale

ACV – Acceptance of Couple Violence Scale

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Introdução

A presente investigação insere-se no âmbito da violência em relações de namoro entre casais de jovens universitários. A violência entre este grupo consiste de um problema crescente na nossa sociedade, pelo que o presente estudo pretende investigar de forma mais profunda as raízes deste problema, em especial no que respeito a dois importantes fatores inerentes ao funcionamento cerebral que se encontram intimamente ligados à perpetração de comportamentos violentos em relações de namoro: as crenças e as distorções cognitivas.

Assim, propomo-nos em primeiro lugar a realizar o enquadramento teórico acerca da temática e dinâmicas inerentes da violência no namoro em jovens casais de estudantes, assim como da questão dos importantes fatores, crenças e distorções cognitivas, de forma a possibilitar o entendimento da necessidade de explorar este assunto e estudar as questões subjacentes aos objetivos a que este estudo se propõe.

Assim, ir-se-á em primeiro lugar, clarificar e esclarecer os termos e conceitos inerentes ao tema da violência no namoro em jovens casais de estudantes universitários, nomeadamente das definições de relação de namoro; violência no namoro; e as formas sob as quais a violência pode surgir.

Seguidamente proceder-se-á à caracterização da violência no que diz respeito à sua prevalência em vários países, nomeadamente em Portugal; às teorias existentes que procuram explicar a sua ocorrência e persistência na relação; aos fatores identificados como de risco para a sua ocorrência, e às consequências que advêm da permanência numa relação de namoro violenta. Para terminar, delinear-se-á o tipo de perfil que encerra as características da vítima, assim como a de perpetrador, em conjunto com as teorias explanatórias subjacentes à formação dos mesmos perfis.

Após este enquadramento teórico do nosso estudo, passar-se-á à definição e descrição dos objetivos a que este se propõe, assim como à definição das hipóteses formuladas para posteriormente se dar início ao estudo empírico através da definição dos métodos utilizados e posteriores resultados alcançados. Finalmente, serão debatidos os resultados obtidos e discutidos os mesmos de acordo com as formulações postuladas inicialmente.

A Violência em Relações de Namoro entre Casais de Jovens Universitários

A violência no namoro consiste num tema atual de demasiada importância. Além do seu cariz preditivo de relações de conjugalidade violentas (Matos et al., 2006), o seu crescimento numérico em queixas-crime e pedidos de auxílio às associações de apoio à vítima faz da violência no namoro um assunto a não ser menosprezado. A sua recente adição ao crime de violência doméstica pelo Código Penal (Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro de 2013) confirma este fato, vindo alertar a população de que este crime não passa despercebido e é meritório de atenção não só a nível de prevenção ou de auxílio às vítimas, como também ao nível de intervenção com agressores e do estudo das dinâmicas inerentes aos cenários de violência, assim contribuindo para um melhor empreendimento no complexo trabalho que consiste em reduzir os crescentes números apresentados nas estatísticas.

O presente trabalho destina-se a fornecer o seu contributo nesse campo, pretendendo analisar mais um aspeto relacionado com a violência no namoro que são os fatores de risco “crenças sustentadoras da violência” e “distorções cognitivas”. Assim, o mesmo terá início através do esclarecimento de conceitos próximos à violência no namoro no sentido de facilitar a compreensão através do posterior desenvolvimento do tema.

Definição de Violência

O conceito de violência encontra-se em constante mudança e a sua definição varia consoante os autores, contudo a definição que se considera encontrar-se melhor definida consiste na de Oliveira e Manita (2003) que refere a mesma como “o uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiros ou toda a forma de ação intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa”.

A violência pode ser classificada de acordo com a vertente que pretende afetar (e.g. violência física, violência psicológica, violência económica, violência sexual, etc.); ou tendo em conta o objeto contra a qual esta é perpetrada (e.g. violência contra as mulheres, violência contra as crianças, violência contra os idosos, etc.) (Oliveira & Manita, 2003).

Tipos de violência.

Violência física.

O abuso físico pode ser definido como o uso de ameaça, força física ou restrição realizada no sentido de causar sofrimento ou injúria a outrem. Assim, podemos considerar como exemplos de violência física: esbofetear; esmurrar; pontapear; empurrar (de forma simples ou contra outros objetos como portas ou paredes); abanar; beliscar; arranhar; ferir com objetos ou armas brancas; asfixiar; torturar; partir membros; amarrar; bater com objetos ou com as mãos; queimar; arrastar; morder; cortar; etc.) (Sugarman & Hotaling, 1989, citado por Paiva & Figueiredo, 2004).

Violência psicológica.

Strauss e Sweet (1992) descrevem o abuso psicológico como o padrão de comunicação, quer verbal quer não-verbal, que possui o objetivo de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é entendido como tendo essa intenção.

O abuso psicológico pode manifestar-se através de: comportamentos dominadores (e.g. exigência de tarefas domésticas, controle das saídas e entradas em casa do(a) companheiro(a); controle das relações de amizade do(a) companheiro(a), etc.); humilhação verbal (e.g. insultar, ameaçar, rebaixar, denegrir, etc.); maus-tratos emocionais (e.g. rejeitar, mentir, trair, ignorar); intimidação (e.g. adoção de postura ameaçadora e intimidatória); ameaças; e isolamento social (e.g. impedir a vítima de visitar familiares, de trabalhar ou de se relacionar com outras pessoas) (Murphy & Hoover, 1999, citado por Murray & Kardatzke, 2007).

Este tipo de violência ocorre frequentemente em paralelo com a violência física e sexual, uma vez que a perpetração destas também são causadoras de repercussões a nível psicológico e, como tal, também são consideradas formas de violência psicológica (Lewis, Travea & Fremouw, 2002).

Violência sexual.

Existem diversas formas de o agressor investir sexualmente sobre a sua vítima. O termo “coerção sexual” é utilizado na literatura para descrever métodos de abuso sexual que não são necessariamente violentos, mas que, de igual forma, aliciam ou forçam a vítima a ingressar em atos sexuais contra a sua vontade. O termo violência sexual, por outro lado, implica uma forma mais violenta de coerção sexual. É o caso da violação que consiste numa das formas mais violentas de coerção sexual, uma vez que o agressor

recorre a atos de violência física e psicológica para conseguir forçar a vítima a ter relações (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009)

Violência económica ou financeira.

A violência económica consiste de qualquer ato destrutivo ou de omissão que coloque em causa a saúde emocional e a sobrevivência económica dos membros da família. Esta pode surgir sob a forma de: roubo; destruição de bens pessoais (nomeadamente roupas, objetos ou documentos); destruição de bens da sociedade conjugal (nomeadamente a própria residência, móveis, utensílios domésticos, terrenos, etc.); negação do pagamento da pensão alimentícia ou da participação nos gastos básicos; uso dos recursos económicos de uma pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir os seus próprios recursos e deixando-a sem forma de manter os seus próprios cuidados (Ministério da Saúde, 2002).

Violência em relações de intimidade

A violência em relações de intimidade pode ser definida como a ameaça, tentativa ou concretização de violência física, sexual ou psicológica que é perpetrada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, namorado(a) ou ex-namorado(a), ou parceiro(a), tendo em conta que esta pode ocorrer em casais hétero ou homossexuais (Saltzman, Fanslow, McMahon, Shelley, 1999).

Em certos casos, a violência em relações íntimas surge muitas vezes associada às questões de género, mais especificamente no que diz respeito ao contexto da violência contra as mulheres, cujo significado pode definir-se da seguinte forma: “qualquer tipo de violência fundamentada nas questões de diferença de género que resulte, ou que seja suscetível de resultar, em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, e que inclui a ameaça do cumprimento de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade não só em contexto privado como público” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993). A violência contra as mulheres tem como objetivo primordial feri-la fisicamente, sexualmente ou psicologicamente através de intimidações, punições, humilhações ou simplesmente mantendo-a nos papéis estereotipados ligados ao seu género sexual (Krantz, & Garcia-Moreno, 2005).

De acordo com as estatísticas registadas pela APAV (2012), 6785 mulheres foram vítimas de crime, sendo que 5669 inserem-se na categoria de violência doméstica. A violência doméstica define-se como a perpetração de qualquer ato, conduta ou omissão

que tenha o objetivo de infligir, de forma reiterada e intensa, sofrimento físico, sexual, psicológico ou económico, de forma direta ou indireta (isto é, por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico que o perpetrador da violência (Antunes, 2008; APAV, 2011).

Contudo, muitos estudos vieram demonstrar atualmente que a violência nas relações de intimidade consiste de um fenómeno recíproco, ou seja, que não coloca o sexo feminino na posição exclusiva de vítima, e que em muitos casos a mulher surge como a principal perpetradora de atos violentos, posicionando o sexo masculino no lugar de vítima (Milletich et al., 2010; Miller, 2011; Gover et al., 2008; Paiva et al., 2004; Luthra et al., 2006).

Assim, podemos entender a violência em relações íntimas como o comportamento abusivo que é perpetrado de um companheiro para o outro e que pode ocorrer em relações hétero ou homossexuais, maritais ou não maritais, (i.e. relações de namoro, conjugais ou pós separação). Como a presente investigação se encontra centrada nas relações de namoro, passar-se-á, em específico, ao desenvolvimento deste cenário de violência.

Definição de namoro

Namoro pode ser definido como uma relação amorosa entre dois indivíduos que, apesar de não se encontrarem casados, noivos ou noutra relação de compromisso, partilham uma ligação emocional, romântica e/ou sexual além da de amizade. Esta definição estende-se também às relações entre casais homossexuais (Murray et al., 2007).

Definição de violência no namoro

Assim, a violência no namoro pode ser definida como a ocorrência de agressão física, psicológica ou sexual entre um casal de namorados, e tem como objetivo: dominar o(a) companheiro(a), fazê-lo(a) sentir-se subordinado(a), incompetente, desvalorizado(a) e com medo (Walker, 1994, citado por Matos, 2003).

No dia 21 de fevereiro de 2013, a violência no namoro passou a ser punível por lei, integrando no Código Penal, o crime de violência doméstica que consiste de um crime público (Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro de 2013).

De acordo com esta nova reformulação do Código Penal, o crime de violência doméstica é qualificado como a “prática da infligência de maus tratos físicos ou psíquicos,

incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; a progenitor de descendente comum em 1º grau ou; pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência econômica que habite com o agente dos maus tratos” (Código Penal, 2009, p.95).

Deste modo, a violência no namoro pode surgir sob formas análogas às de uma relação conjugal, como por exemplo, através da perpetração de violência física (e.g. pontapés, bofetadas, arremesso de objetos, empurrões, ferimentos com arma branca); isolamento social (e.g. restrição do contato com a família e amigos, proibição do acesso ao telefone, negação do acesso aos cuidados de saúde); intimidação (e.g. por palavras, ações ou olhares ameaçadores); maus-tratos emocionais (e.g. rejeitar, mentir, trair, ignorar); perpetração de violência verbal (e.g. insultar, gritar); perpetração de violência psicológica (e.g. executar ações e afirmações com o objetivo de afetar a auto estima do companheiro e o seu sentido de amor próprio); realização de ameaças (e.g. à integridade física do companheiro ou à integridade física de pessoas chegadas ao companheiro); perpetração de violência sexual (e.g. submeter o parceiro a práticas sexuais forçadas); perpetração de violência econômica (e.g. negar o acesso ao dinheiro ou a outros recursos, impedir a participação da(o) companheira(o) no emprego ou educação) (Walker, 1994, citado por Matos, 2003).

Estas formas de agressão podem ser classificadas em termos de severidade como “menores” ou “severas”. As formas de agressão “menores” incluem os insultos, gritos, o fazer algo para enfurecer o companheiro, empurrar, agarrar, dar uma chapada; enquanto as formas de agressão “severas” incluem esmurrar, asfixiar, pontapear (Strauss, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996; Bell & Naugle, 2007 por Shorey, Stuart, & Cornelius, 2011).

Ainda, e apesar das diversas formas de violência que são perpetradas pelo(a) agressor(a), é possível a ocorrência de um processo que surge frequentemente numa relação conjugal, intitulado o “ciclo de violência”. O ciclo de violência consiste de uma dinâmica extremamente comum que ocorre com frequência entre a vítima e o agressor.

Este encontra-se dividido em três fases: a fase da tensão, a fase da explosão e a fase da lua de mel. A fase da tensão caracteriza-se pela presença de agressões verbais, acusações, ameaças, intimidações, ou humilhações, enquanto a vítima permanece com

uma postura de submissão face ao agressor. A fase de explosão caracteriza-se pela presença de violência grave, nomeadamente de agressões físicas e verbais perpetradas de forma mais intensa e frequente do que as da fase anterior, fazendo com que a vítima sinta muito medo e ansiedade. É durante esta fase que muitas vítimas procuram ajuda junto da família, da polícia ou de entidades de apoio. É também durante esta fase que muitas vezes ocorrem casos de morte. A terceira e última fase, designada "lua de mel", corresponde ao processo de arrependimento por parte do agressor. Este mostra-se culpado, carinhoso e com remorsos, prometendo nunca mais repetir os atos violentos.

Contudo, ao longo do tempo, as discussões e as provocações acabam por ressurgir, levando a uma nova crescente de tensão entre o casal que acaba por culminar numa nova fase de explosão e, conseqüentemente, no desencadear de uma nova série de atos violentos.

Este ciclo tem tendência a repetir-se com cada vez mais intensidade e entre espaços de tempo cada vez mais curtos, terminando em graves lesões ou na própria morte da vítima (Muhlen, Dewes & Strey, 2012).

Prevalência da Violência no Namoro

Durante muito tempo pensou-se que os atos de violência apenas ocorriam nas relações de maior compromisso como a união de fato ou o casamento. Esta ideia revelou-se, como se sabe, incorreta. A violência ocorre também em relações de namoro juvenis paralelamente às relações de conjugalidade nos adultos. No entanto, a violência conjugal sempre apresentou maior visibilidade, dado que a relação de namoro em jovens não constitui propriamente um compromisso legal como é o caso do casamento, ou seja, apresenta uma certa condição de liberdade e como tal, é um pouco menosprezada face à violência conjugal.

A descoberta da violência em relações de namoro juvenis foi, por assim dizer, acidental quando, durante uma investigação, estavam a ser aplicados inquéritos de vitimação a outros grupos sociais que revelaram níveis alarmantes de violência na intimidade juvenil, o que veio provar que a violência não se resume apenas às relações de conjugalidade (Price & Beyers, 1999, citado por Caridade & Machado, 2006).

Makepeace (1981) foi pioneiro na investigação de violência em relações de namoro, observando que a presença de violência nesta fase pode ter sido negligenciada quanto ao seu carácter preditivo de violência na futura relação marital. De acordo com o mesmo,

os comportamentos exercidos durante esta fase funcionam como preditores dos comportamentos que serão exercidos durante a relação de conjugalidade e, desta forma, não deveriam ser menosprezados (Fincham, Cui, Braithwaite & Pasley, 2008).

Em 1981, publicou o primeiro estudo sobre violência física em relações de namoro com estudantes universitários. Este demonstrou que aproximadamente 20% dos estudantes universitários já tinham tido experiência de pelo menos um incidente de violência física numa relação de namoro (Makepeace, 1981).

A partir de então, vários estudos em diversos países têm sido conduzidos na mesma área, o que consiste num ponto positivo, visto que, a violência no namoro apresenta-se atualmente como um problema de saúde social que surge a nível mundial.

Um estudo realizado em Espanha, com 1886 estudantes universitários envolvidos numa relação de namoro, indicou que uma percentagem de 42% destes reportava a existência de comportamentos violentos na sua relação, apesar do carácter sério da mesma (Muñoz-Rivas, Gómez, O'Leary, & González Lozano, 2007).

No Chile, uma amostra de 950 casais de jovens estudantes universitários revelou aproximadamente 15% de mulheres e 26.6% de homens envolvidos em alguma forma de vitimização física durante o mesmo período (Lehrera, Lehrerb, & Zhaob, 2009).

Similarmente, no Brasil, a prevalência da violência no namoro assumiu a forma de 21% de uma amostra de 455 casais de jovens estudantes universitários que registaram a ocorrência de pelo menos um episódio de agressão física durante o ano prévio (Aldrighi, 2004).

Em Portugal, Paiva & Figueiredo (2004) conduziram estudos para determinar o alcance dos números da violência no namoro. Com uma amostra de 318 casais de jovens estudantes universitários, a presença de cenários violentos demonstrou uma prevalência de vitimização de abuso físico com sequelas de 3.8%, e de vitimação de abuso físico sem sequelas de 6.3%. Em termos de violência psicológica, uma percentagem de 50.8% dos mesmos estudantes reportaram serem vítimas.

Ainda, outro estudo conduzido em Portugal por Machado, Matos e Moreira (2003) com estudantes universitários revelou que uma percentagem de 15,5% dos jovens admitiu já ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano, e 21,7% da amostra admitiram já ter perpetrado atos violentos contra o companheiro.

Como se pode observar, estes resultados são significativos e meritórios de especial atenção, uma vez que dizem respeito a casais de jovens, cujo quotidiano deve ser compreendido no aproveitamento das suas potencialidades e capacidades de agir em prol

do seu futuro e da sociedade e não no trágico investimento de relações diminutivas da sua forma mental e física e que coloquem em causa o seu sucesso no futuro.

Dos estudos mencionados (Muñoz-Rivas, et al., 2007, Lehrera et al., 2009, Aldrighi, 2004, Paiva et al., 2004), o tipo de violência que se destaca pela sua prevalência face aos outros tipos de violência, nomeadamente violência física ou violência sexual, é a violência psicológica. Esta apresentou valores significativamente mais elevados especialmente em relação à violência verbal (e.g. ameaçar bater; ou permanecer em silêncio), e aos comportamentos controladores (e.g. monitorização dos comportamentos; impedir relacionamentos de amizade ou contatos com a família; ameaçar ter relações com outra pessoa se o parceiro não fizer o que se pede) (Lehrer et al., 2009, Muñoz-Rivas et al., 2007).

Em termos de sexo, vários estudos (Milletich, Kelley, Doane, & Pearson, 2010, Miller, 2011; Gover, A., Kaukinen, C., & Fox, K., 2008; Paiva et al., 2004; Luthra & Gidycz, 2006) apontam como principal perpetrador o sexo feminino, fato que será tido em consideração pelo presente estudo na formulação de hipóteses. Em termos de vitimação, a literatura surge com algumas contradições. Neste aspeto, tanto homens como mulheres apresentam valores significativos consoante os estudos, o que nos leva a crer que a violência pode ocorrer com vista a vitimizar ambos os sexos (Machado, Caridade & Martins, 2010, Gover, et al., 2008, Lehrer, et al., 2009, Paiva et al., 2004, Milletich et al., 2010, Paiva et al., 2005).

Teorias explicativas e fatores de risco para a violência no namoro

Existem diversas teorias para justificar a violência no namoro, a par de diversos fatores de risco que por vezes também se encontram inclusos nas mesmas.

Aqui, ir-se-ão referir algumas destas teorias assim como fatores de risco, tendo sempre em consideração que existem exceções e nem sempre a violência no namoro pode ser justificada pela presença deste ou daquele fator ou incluída numa dada teoria; já que existem diferentes padrões no que diz respeito aos fatores que aumentam o risco de violência no namoro entre jovens (Gover et al., 2008).

Em primeiro lugar, o modelo explicativo de Riggs e O'Leary (1989, citado por Luthra et al., 2006) para a violência no namoro propõe duas variáveis ligadas à perpetração de violência numa relação de namoro, sendo a primeira relacionada com o fator contextual, e a segunda com o fator situacional. O fator contextual inclui: a exposição a modelos de agressão em relações de intimidade; exposição a agressões dirigidas do pai para a

criança; aceitação da agressão como uma resposta apropriada aos conflitos; ou utilização anterior de comportamentos de agressões. O fator situacional inclui: abuso de álcool ou de drogas; uso de agressões por parte do parceiro; capacidade de resolução de problemas; duração da relação (Riggs e O'Leary, 1989, citado por Luthra et al., 2006).

A exposição a modelos de agressão em relações de intimidade encontra-se intimamente relacionada com a teoria da aprendizagem social de Bandura, que determina que os comportamentos que adotamos são essencialmente aprendidos através da observação e posteriormente colocados em prática numa tentativa de imitação. Os teóricos da aprendizagem social defendem que as crianças aprendem a imitar os comportamentos através da observação e da modelagem dos comportamentos dos pares e dos seus pais (Bandura, 1969). Assim, se a criança estiver exposta a comportamentos violentos entre os progenitores, a probabilidade de colocar os mesmos em prática será maior. A assimilação destes mesmos comportamentos torna-se ainda mais forte após a verificação de que um dos progenitores é sempre bem-sucedido na exigência de algo antecedente à ameaça ou perpetração de violência, levando à crença de que a utilização dos mesmos atos é uma atitude razoável para a obtenção daquilo que se deseja. Deste modo, testemunhar comportamentos de agressão interpaparental pode, de acordo com esta teoria, constituir um fator de risco para o cometimento de atos violentos mais tarde numa relação de namoro (Gover et al., 2008; Pezza & Belloti, 1995).

A passividade em relação aos comportamentos violentos por parte de um dos progenitores não só pode funcionar como um reforço para o agressor como também pode transmitir aos filhos uma imagem de aceitação da violência que poderá contribuir para a reprodução do mesmo tipo de passividade face a situações de violência em relações futuras (Luthra et al., 2006). Este fato aplica-se sobretudo a crianças do sexo feminino. De acordo com um estudo realizado, o testemunho de ocorrência de violência interpaparental não demonstrou um impacto significativo na perpetração de violência em relações de namoro em crianças do sexo masculino, contudo, o mesmo testemunho revelou-se significativamente relacionado com a vitimização feminina em relações de namoro. (Gover et al., 2008). A aceitação de violência torna-se assim também um fator de risco, como estipulado no modelo de Riggs e O'Leary (1989, citado por Luthra et al., 2006).

Ainda de acordo, e tal como previsto pelo mesmo modelo, a violência que é perpetrada de progenitor para filho revelou, de acordo com diversos estudos, encontrar-

se relacionada com uma maior probabilidade de este vir a perpetrar atos de violência em futuras relações de namoro (Gover et al., 2008).

Existem ainda outros modelos definidos com o objetivo de tentar explicar este fenómeno. Um destes diz respeito ao fato das jovens, muitas vezes, disporem-se a ceder às pressões e exigências dos companheiros devido à conceção subordinada do papel da mulher na relação, e ao medo de os perderem caso não obedecem às exigências que lhes são feitas (Caridade et al., 2006). Ainda, este “histórico” conceito pode incutir nos rapazes uma crença de que possuem um estatuto mais elevado do que as suas namoradas, e que devem preservar este poder através de atos de controlo e violência. E, por diversas vezes, as raparigas tendem a confundir ciúmes e controlo com amor, sentindo-se muitas vezes lisonjeadas com a atenção e exigências dos rapazes (Machado et al., 2010).

Ainda como fatores de risco para a ocorrência de violência no namoro em populações universitárias, consideram-se o ter experienciado violência emocional a alguma altura da vida (Milletich et al., 2010). A longa duração e estatuto do relacionamento constitui também um fator de risco facilitador do aparecimento de atos violentos na medida em que o grau de confiança e metas adquiridas na relação permite que o agressor sinta que se pode exceder um pouco mais sem sofrer retaliações por parte da(o) companheira(o) (Luthra et al., 2006; Murray et al., 2007).

Durante o exame de relações de namoro violentas, Makepeace (1981) verificou que alguns fatores sociais como parentalidade desadequada, monoparentalidade, e problemas de consumo na família são histórias comuns no passado de jovens perpetradores e vítimas. Em relação ao consumo de substâncias, este é repetidamente identificado como fator de risco para o surgimento de violência nas relações de namoro (Follingstad, 1999, citado por Murray et al., 2007; Shorey et al., 2011).

O fator de risco que se considera mais importante para o presente estudo consiste da presença de crenças sustentadoras da violência em relacionamentos de namoro.

Diversos estudos apontam como agressores, em relações de namoro, tinham maior probabilidade de possuir este tipo de crenças (Follingstad et al. 1999 citado por Murray et al., 2007, Caridade et al., 2006).

A duração da relação amorosa também se apresenta como um ponto importante, já que vários autores (Miller et al., 2011; Luthra et al., 2006; Mason & Smithey, 2012) demonstraram que a permanência numa relação amorosa de longa duração consistia num fator de risco para o aparecimento de violência no namoro. Estes resultados

revelam-se consensuais com a questão da confiança que é desenvolvida pelo casal ao longo da relação. À medida que a relação evolui, é desenvolvido um maior conhecimento acerca da personalidade e hábitos do parceiro, assim como um maior sentido de confiança. Desta forma, parece correto afirmar que o casal desenvolve maior à vontade para apontar erros no comportamento do outro. Faz sentido assim afirmar que num estado mais avançado da relação, exista um grau de confiança que permita não só criticar o parceiro, mas também puni-lo.

Impacto e Consequências da Violência no Namoro

Os efeitos imediatos da violência são sem dúvida aqueles sentidos pelas vítimas.

Estes efeitos podem revelar-se a nível físico, psicológico e mesmo profissional, ou seja, podem também manifestar-se através do desempenho académico do jovem. É claro que estes efeitos são influenciados pela natureza do incidente e pela própria capacidade de resposta e de *coping* da vítima, mas tal não implica que os mesmos incidentes não fiquem para sempre registados na sua mente de forma a influenciar o futuro da vítima.

Como consequências da violência no namoro, em primeiro lugar, podem surgir ferimentos físicos com necessidade de atenção médica. Estes ferimentos podem consistir de hematomas, traumatismos cranianos, concussões, cortes ou ossos partidos, mas também se podem traduzir através de queixas como dores no corpo, dores de cabeça, sintomas neurológicos ou surdez (Stets e Straus, 1990; McCauley, Yurk, Jenckes & Ford, 1998)

A mais grave destas consequências é o homicídio ou o suicídio feminino (Sharps & Campbell, 1999).

A nível psicológico, podem surgir problemas a nível emocional traduzidos por reações de medo, raiva, ansiedade, culpa irracional ou depressão que potenciam a decadência da autoestima e autoconfiança (Amar et al., 2005; Singer, Anglin, Song & Lunghofer, 1995, citado por Glass et al., 2003). Uma vez que um episódio de violência perpetrada dentro de uma relação poderá desencadear uma resposta traumática, é possível que a vítima desse episódio se torne vulnerável a outro tipo de perturbações como a desordem de stress pós-traumático (Chase, Treboux & O'Leary, 2002, citado por Caridade et al., 2006). Ainda, a vítima poderá sentir uma significativa diminuição do sentido de controlo e do sentido de identidade (Pezza et al., 1995). A sua capacidade de intimidade poderá revelar-se diminuída na medida em que sentimentos de

desconfiança e de que deve tomar precauções extra poderão revelar-se impeditivos de uma nova realização numa relação amorosa (Pezza et al., 1995; Amar & Alexy, 2005). Estes sentimentos favorecem ainda mais os sentimentos de medo, ansiedade e raiva, colocando a vítima num perpétuo ciclo vicioso.

No que diz respeito à base psicofisiológica destas reações, esta remete para o fato de as relações interpessoais que estabelecemos se encontrarem diretamente relacionadas com a nossa função imunológica (Uchino, Cacioppo & Kiecolt-Glaser, 1996). Assim, Hofer (1984) postula que o relacionamento significativo entre duas pessoas gera uma interdependência fisiológica em ambos, em que a pessoa experiencia sentimentos de segurança emocional quando se encontra com o seu companheiro e protesto ao sentir a ameaça de este se tornar indisponível. Este fenómeno é especialmente perceptível em situações de stress, em que a pessoa procura a companhia do seu companheiro no sentido de obter segurança emocional. Deste modo, o episódio de violência surge como uma ameaça percecionada, o que encoraja o sistema límbico da vítima a responder à mesma com os mesmos tipos de resposta que é gerada perante uma ameaça normal, ou seja, uma resposta geradora de stress, medo e ansiedade que se poderão prolongar consoante a duração da relação e consequentes episódios violentos. São assim potenciados uma larga gama de sintomas psicossomáticos que poderão advir deste processo.

Em relação ao desempenho académico, as consequências da vitimação também se poderão fazer sentir através de um decréscimo do rendimento profissional. O surgimento de notas baixas, perda de concentração e problemas disciplinares são alguns exemplos de como este insucesso escolar se poderá traduzir (Bergman, 1992, citado por Fincham et al., 2008; Barriga et al., 1996).

Para o agressor, a concretização dos seus atos também lhes pode trazer consequências. Estas podem não estar diretamente relacionadas com ferimentos ou problemas psicológicos, mas através de condenações e castigos pelo seu comportamento impróprio, não só a nível judicial mas também a nível social e profissional. O cometimento de atos violentos numa relação de namoro pode resultar em sanções ou penalizações judiciais ou legais, pode causar a perda do estatuto de estudante e, a nível psicológico, vergonha por ter perdido o controlo e violado a lei e os direitos alheios. (Barriga et al., 1996).

Como em qualquer caso de violência em relações íntimas, é também possível que se dê a ocorrência de vitimização secundária, ou seja, aqueles que possuem relações

importantes com a vítima como a sua família, amigos ou colegas podem também sentir-se afetados pelas reações da vítima ao episódio de violência. Sentimentos de impotência e frustração são frequentes durante o acompanhamento de um ente querido que tenha passado por uma situação de violência, assim como de raiva, angústia e ansiedade (Barriga et al., 1996).

Perfil do Agressor

No que diz respeito à perpetração de violência no namoro, os estudos colocam o sexo feminino como principal perpetrador face ao sexo masculino (Milletich et al., 2010; Miller, 2011; Gover et al., 2008; Paiva et al., 2004; Luthra et al., 2006). Alguns autores tentam justificar este fenómeno declarando que este pode ser explicado através do cariz da violência que é perpetrada pelo sexo feminino, podendo este ser executado em autodefesa face aos ataques do sexo masculino (Lehrer et al., 2009; Bair-Merritt, Crowne¹, Thompson, Sibinga, Trent, & Campbell, 2010). Contudo, já foi comprovado também que as mulheres são capazes de iniciar os episódios violentos da relação tanto como os homens ou, em certos casos, até mais vezes, o que desencadeia uma série de dúvidas face a esta questão (Foshee et al., 2001, citado por Lehrer et al., 2009).

Este fenómeno levou a que muitos autores se propusessem a formular teorias explicativas que pudessem justificar este fenómeno. Por exemplo, Gover et al. (2008) sugere que a natureza de algumas relações de namoro, por exemplo as marcadas pela ausência de compromisso, ou mais comunmente designadas “amizades coloridas”, podem provocar sentimentos de ciúme e frustração no sexo feminino aumentando o risco de perpetração de comportamentos controladores e coercivos.

Ainda assim, o estigma da violência em relações íntimas pertence ao sexo masculino e surge a nível mundial (Gover et al., 2008). A razão deste estigma pode ser facilmente explicado pela simples questão da severidade com que a violência é perpetrada, sendo colocado o sexo masculino na posição de perpetrador mais severo e causador de sequelas mais pesadas, visto estas possuírem uma maior probabilidade de resultar em graves ferimentos físicos e sérias consequências psicológicas (Strauss & Ramirez, 2007; Margolin, 1998 citado por Milletich et al., 2010). Contudo, autores defendem que esta estigmatização pode ter desencadeado por parte do sexo feminino uma espécie de retaliação contra séculos de abuso, o que pode fazer com que as mulheres mais facilmente se sintam confortáveis em admitir perpetração de abuso físico do que os

homens. Estes, por sua vez, poderão sentir-se igualmente desconfortáveis em reportar o seu comportamento abusivo contra o sexo feminino devido à mesma estigmatização (Kaukinen, 2002, citado por Gover et al., 2008).

Perfil da Vítima

Em termos de vitimação, grande parte dos estudos (Machado et al., 2010; Gover et al., 2008; Lehrer et al., 2009) referem as mulheres como principais vítimas, contudo uma outra parte (Paiva et al., 2004; Paiva et al., 2005; Milletich et al., 2010) apresenta os homens como o principal parceiro vitimizado. Estes resultados surgem como contraditórios, contudo, como sugere Kaukinen (2002, citado por Gover et al., 2008), podem ser explicados pela questão da desejabilidade social. Devido à estigmatização enraizada ao longo dos anos de que os homens são os principais perpetradores e as mulheres as suas vítimas, é possível que os primeiros, da mesma forma que tenham desenvolvido uma certa relutância em admitir perpetração de violência contra o sexo feminino, poderão sentir-se mais confortáveis em assumir o papel de vítima face ao mesmo. Do mesmo modo, as mulheres que ao longo dos anos ganharam o estatuto de principal companheiro vitimizado, poderão sentir necessidade de se libertarem do mesmo e recusarem enquadrarem-se neste papel.

As Crenças e as Distorções Cognitivas

O termo distorções cognitivas foi originalmente usado por Beck (1979) para descrever conteúdo cognitivo idiossincrático indicativo de conceptualizações distorcidas ou irrealistas. Contudo, para melhor compreender este conceito, começar-se-á por analisar a sua raiz.

De acordo com Beck (1979), a cognição consiste de um conjunto de processos que incluem a atenção, a memória, a perceção, a interpretação, a produção e compreensão da linguagem, a aprendizagem, a capacidade de tomar decisões. Ou seja, é o processo que possibilita a sistematização da informação que é assimilada e das respostas que são produzidas. Utiliza este termo para se referir a um pensamento específico, como por exemplo: uma interpretação, uma autocrítica, acrescentando ainda que as cognições podem ser descritas como fenómenos verbais ou pictóricos decorrentes do fluido da

consciência. O Center for Sex Offender Management (1999) define o termo cognição como os processos mentais como o pensamento, a visualização, e as memórias que são produzidas ao longo do tempo através da experiência, do desenvolvimento e educação obtidas. Ainda, Fiske e Taylor (1991) descrevem a cognição como dois tipos essenciais de fenômeno: o conteúdo cognitivo e os processos cognitivos.

O conteúdo cognitivo diz respeito aos pensamentos básicos e elementais que as pessoas têm acerca delas próprias e dos outros. Estes elementos cognitivos consistem de representações mentais, conversas para consigo próprio, discurso privado, etc., e que ocorrem em qualquer situação do dia a dia. Os processos cognitivos são aqueles que permitem a um indivíduo: (1) assimilar os diversos estímulos presentes no ambiente cotidiano, (2) codificar a informação transmitida pelo meio social em representações mentais, (3) armazenar estas representações mentais na memória no sentido de serem utilizadas de forma imediata ou a longo prazo, (4) recuperar estas informações da memória para subseqüentes processos cognitivos. (Sternberg, 1969). Estes processos são, assumidamente, ocorrentes de forma mais automática comparativamente ao surgimento do conteúdo cognitivo, ou seja, não existe um controle sobre a ocorrência destes processamentos o que faz com que estes pareçam suceder de forma quase inconsciente (Eckhardt & Dye, 2002).

Após a definição de cognição, passa-se a analisar o conceito de distorção.

Distorção qualifica aquilo que foi adulterado, ou seja, uma alteração na forma original, uma modificação no aspeto real de um dado objeto. De acordo com Levitt (1950), o conceito de “distorção” possui a qualidade de assimétrico, mas que vai além disso, é também impreciso e indesejável.

Assim poder-se-ia considerar uma distorção cognitiva como uma cognição que na realidade não corresponde à verdade, não é simétrica à realidade. Dadas as definições de cognição e distorção consideradas, uma distorção cognitiva consiste de um processamento ou de um conteúdo cognitivo errôneo; que não corresponde à verdade nem à realidade; uma percepção errada, um conteúdo falso. De acordo com Barriga et al. (2001, citado por Wallinius et al., 2011) distorções cognitivas são formas incorretas ou enviesadas de assimilar ou de conferir significado a uma dada experiência.

Tomemos como exemplo um indivíduo a quem a esposa conta que saiu de casa durante a tarde para fazer compras. A informação apreendida por este é “a minha esposa saiu de casa pois precisava de fazer compras” sendo que a racionalização (normal) deste fato poderia ser “sentiu falta de qualquer coisa de que precisou ir comprar” ou

“apeteceu-lhe sair para ir às compras”. Uma racionalização distorcida do fato apreendido seria “saiu para me fazer ciúmes” ou “vai depois contar-me que saiu para me deixar nervoso”. Neste caso, um determinado fato foi assimilado, contudo, a percepção deste indivíduo foi completamente distorcida da realidade, a racionalização que o sujeito fez foi errônea. Ou seja, o que foi realmente verdade e o que realmente aconteceu foi assimilado e processado cognitivamente de forma deturpada.

Dado que as interpretações que fazemos das nossas experiências têm impacto nas consequências emocionais e comportamentais da mesma, é possível que uma interpretação negativamente desajustada da realidade possa levar a consequências negativas (Kendall, 1992 citado por Eckhardt et al., 2000).

Desta forma pode assim surgir uma ofensa, uma agressão ou um comportamento violento, o que leva diversos autores a considerarem as distorções cognitivas como um fator de risco para o cometimento de atos violentos não só em relações de intimidade mas também numa outra série de comportamentos antissociais. É o caso de Barriga et al. (2001 citado por Nas et al., 2008) que considera que uma elevada prevalência de distorções cognitivas facilita a agressão assim como outros tipos de comportamentos antissociais. Anderson & Dodgson (2002) indicam que o processamento cognitivo que ocorre durante um episódio agressivo inclui percepções distorcidas, interpretações seletivas e abstração. Esta opinião é partilhada por Nas, Brugman, & Koops (2008) que afirmam ser a partir das suas interpretações dos eventos sociais que as pessoas agem e decidem os seus comportamentos, e que o comportamento antissocial deriva de deficiências a nível dessas interpretações, ou seja, de distorções cognitivas. Ainda, Wallinius, Johansson, Lardén & Dernevik (2011) consideram que a associação das distorções cognitivas ao comportamento antissocial baseia-se na teoria do processamento de informação social, em que estas distorções consistem do processamento que medeia a fase entre a assimilação dos estímulos e as respostas comportamentais produzidas.

Apesar do dito, deve ser analisada uma questão importante. As interpretações seletivas ou percepções distorcidas, não são fenómenos exclusivos de episódios violentos. Estes são também passíveis de ocorrer numa série de outras situações do quotidiano. Quando vamos na rua e escorregamos numa casca de banana, imediatamente sentimos raiva por quem deixou a casca no chão, porque certamente essa pessoa fê-lo sabendo que “alguém iria escorregar e cair” (Barriga et al., 2000). Também, é muito frequente realizarem-se interpretações errôneas durante um episódio

depressivo (Beck, 1979). É frequente o indivíduo sentir-se em baixo, catastrofizar as situações tornando-as muito piores do que realmente são, ou assimilar somente os aspetos negativos das experiências, etc.

Assim, mesmo num quadro não patológico, podemos afirmar que, por diversas vezes, mal interpretamos ou percecionamos diferentemente da realidade, numa gama diversa de situações que não levam a nenhum tipo de ofensa, ou seja, qualquer um de nós é capaz de produzir distorções cognitivas sem que isso seja significativo de uma coisa má.

Contudo, de acordo com alguns autores, existe um fator que justifica a frequente associação das distorções cognitivas com o comportamento violento nas relações de intimidade. Este fator consiste da presença de crenças sustentadoras de violência nas relações de intimidade.

De acordo com Fiske e Taylor (1991) à medida que o nosso cérebro assimila e interioriza a informação proveniente do exterior, sucedem-se várias interconexões associativas entre as informações obtidas, de forma que estas se vão tornando estáveis e consistentes, ou seja, à medida que a informação é adquirida, esta irá acumular-se com outras informações antigas de forma a dar-lhe sentido. Há medida que estas conexões aumentam e persistem ao longo do tempo, elas formam um *esquema*, ou seja, uma rede de crenças e saberes acumulados. Esta estrutura cognitiva, o esquema, funciona como um modelo mental à qual acedemos para nos compreendermos a nós próprios, o outro, e diversas outras representações sociais, mas também funciona com um guia na interação com o meio social, na medida em que estamos em constante aprendizagem, mas algum saber já foi anteriormente adquirido, já possuímos alguma experiência e o que esperar de certas situações. Estes esquemas proporcionam-nos uma base, uma plataforma à qual acedemos no sentido de identificarmos, por exemplo uma situação ou uma pessoa, de percebermos as mesmas e conseqüentemente agirmos (e.g. ela precisa de uma lição), pensarmos (e.g. foi tudo culpa dele), sentirmos (e.g. estou mesmo zangado com tudo isto) em função da informação existente em relação a estas. À medida que são assimiladas novas informações, estas juntar-se-ão aos esquemas já existentes no sentido de formar uma base ainda mais ampla e sólida.

Assim, este sistema de crenças possui uma grande influência na forma como interpretamos uma dada situação, sendo que as crenças sustentadoras de violência funcionam como uma estrutura tácita e pré-consciente ativada por eventos que contribuem para o surgimento de comportamentos e emoções desadequadas. Beck e

Ellis (1999) construíram um modelo que postula que um sistema de crenças do tipo “exigente” ou “autoritário” constitui o componente central tóxico do sistema de crenças irracionais do qual as distorções cognitivas emergem. Ainda, Beck (1976 citado por Eckhardt, 2000) refere que o sistema de crenças funciona como um filtro perceptual, o qual serve para descodificar aspetos relevantes de uma situação em particular. Os enviesamentos no processamento das informações são exemplos de erros na codificação dos eventos, o que pode resultar num leque de informações já deturpadas a serem mais tarde processadas. Dá-se o exemplo de um indivíduo a conversar com a sua esposa e que seletivamente elegeu uma observação em particular como representativa desse evento (e.g. ela estava a gozar comigo). A partir do momento em que essa informação foi assimilada de forma errónea através da rejeição de certos aspetos contextuais importantes do evento, a informação selecionada irá juntar-se ao seu sistema de crenças e lá acomodar-se para ser mais tarde processado. Numa altura posterior, se outras informações forem codificadas erradamente (distorção cognitiva), isto facilitará o subsequente surgimento de uma disfunção afetiva, ou seja, o indivíduo poderá sentir raiva, insegurança, irritação, etc., e ingressar no conseqüente comportamento agressivo ou violento para com o par.

Assim, antes de considerar as distorções cognitivas como um fator de risco para o cometimento de atos violentos nas relações íntimas, a ocorrência destas poderá ser considerada como um processo catalisador do surgimento de crenças sustentadoras da violência em relações de intimidade, o que nos leva a concluir a existência de uma relação preponderante entre as duas.

A presença de crenças relacionadas com a execução de violência em relações de intimidade encontra-se há muito revista por diversos autores como um fator de risco para a violência nas mesmas (Pezza et al., 1995), o que permite assim um impulsionamento das distorções cognitivas como conseqüente fator associado à violência nas relações íntimas. Talvez por este fato, surja na literatura uma certa confusão entre os conceitos de distorção cognitiva com crenças, sendo que alguns autores tendem mesmo a considerar ambos os processos como a mesma coisa. É o caso de Maruna e Mann (2006, citado por Blake & Gannon, 2008) que consideram as distorções cognitivas como um termo suporte para nos referirmos, entre outros fenómenos, às atitudes e crenças sustentadoras de comportamentos violentos.

Mas, Neidigh e Kropp (1992, citado por Maruna & Mann, 2006) chamam a atenção para esta questão das racionalizações idiossincráticas poderem representar os

pensamentos de um ofensor ou as suas “conversas” mentais, mas não representarem as suas atitudes e crenças. De fato, se analisarmos a anterior definição de crenças, podemos verificar que falha em enquadrar-se na de cognição. As crenças remetem para um sistema de regras pessoais, uma série de princípios estipulados por cada indivíduo, com fundo moral ou não, e que são seguidos pelo mesmo, não por uma questão legal (apesar de esta se poder enquadrar), mas por opção pessoal. O estabelecimento de uma crença pode ser considerado per si um fenómeno cognitivo, pois é através da informação que é assimilada ao longo dos anos, da experiência que é adquirida e da racionalização dos dados que são apreendidos, que adotamos um sistema de crenças, de princípios com que vivemos e através dos quais nos guiamos, o que favorece a anterior teoria de parecer mais correto considerar que os processos cognitivos desencadeiam a postulação das crenças pessoais (Beck, 1979). Beck (1979) também realçou a importância dos esquemas, que orientam a aquisição de novos estímulos, a interpretação e discriminação dos mesmos e o seu processamento de modo a integrá-los no esquema existente. Assim, parece importante distinguir crenças sustentadoras de comportamentos violentos de distorções cognitivas. Dificilmente, as crenças sustentadoras de violência poderiam ser consideradas uma forma de distorção cognitiva, visto que, mesmo sendo proposições incorretas e irracionais, constituem em si um sistema ou uma rede de informações, estímulos adquiridos e experiências processadas ao longo do tempo, enquanto uma cognição, mesmo que distorcida, inclui uma vasta gama de processos (e.g. percepção, interpretação, etc.), de pensamentos singulares, que podem até produzir uma crença (e.g. ela portou-se mal, então tem de ser castigada), mas não consistem das mesmas.

Distorções Cognitivas

Apesar de ocorrerem a nível cognitivo, as distorções cognitivas podem ser expressadas de várias formas, ou seja, a sua presença a nível mental pode traduzir e manifestar-se através de verbalizações, atitudes ou comportamentos.

Barriga et al. (1996) divide as distorções cognitivas em primárias e secundárias, sendo que as distorções cognitivas primárias compreendem uma primeira categoria correspondente ao “egocentrismo”, e as distorções cognitivas secundárias compreendem três categorias correspondentes à: “culpabilização do outro”; “minimização”; e “assunção do pior”, que servem de suporte às distorções cognitivas primárias.

De acordo com Gibbs et al. (1995, citado por Barriga et al., 2000), o “egocentrismo” é definido como o fenómeno através do qual o indivíduo se foca somente nas suas

opiniões, expectativas, necessidades e direitos a tal ponto que as opiniões ou necessidades dos outros raramente são consideradas ou respeitadas. De acordo com o descrito pelo mesmo autor, este tipo de distorção é desencadeada através de um processo em que o indivíduo tende a tornar as necessidades e sentimentos dos outros em algo não valorizável e completamente descartável, tornando assim os seus próprios propósitos e o seu próprio bem-estar uma prioridade, o que transforma o terceiro em algo passível de poder ser negligenciado e desprezado. Refere-se assim, ao *status* em que o indivíduo age conforme a sua perspectiva, as suas expectativas, necessidades, direitos, sentimentos imediatos e desejos, a tal ponto que as perspectivas legítimas, expectativas e por aí adiante dos outros, são escassamente consideradas ou completamente ignoradas.

A “culpabilização do outro” envolve a atribuição da culpa pelo próprio comportamento delituoso a outra pessoa, estado, grupo ou objetos exteriores que não o próprio indivíduo (e.g. estava bêbado, drogado, de mau humor, etc.). Como já foi referido anteriormente, este tipo de distorção serve como apoio ao primeiro tipo de distorções. Assim, através da culpabilização do outro, o indivíduo recorre à tentativa de sair de uma situação isento de culpa, uma vez que a sua própria pessoa constitui uma prioridade e o bem-estar dos outros é desprezável.

A “minimização” é definida como a distorção que retrata o comportamento antissocial como admirável, não causador de nenhuns danos reais, e uma forma aceitável e, por vezes, necessária de atingir determinados objetivos, assim como de diminuir, desumanizar e referir-se aos outros com categorizações diminuidoras ou desumanizadoras. Expressões como “não é assim tão grave” ou “podia ter sido pior” são características deste tipo de distorção.

Por último, a “assunção do pior” refere-se ao tipo de distorção cognitiva que faz com que o indivíduo atribua intenções hostis aos outros mesmo quando tal não é o caso; que considere os piores cenários como inevitáveis nas diversas situações sociais; e assuma o aperfeiçoamento e a melhoria do seu próprio comportamento, ou do outro, como impossível (Barriga & Gibbs, 1996).

De acordo com Barriga et al. (1996) as distorções cognitivas primárias representadas pelo egocentrismo, encontram-se intimamente relacionadas com a fase egocêntrica proeminente nas crianças, e reflete uma capacidade de julgamento moral menos maduro (e.g. não me sinto obrigado para com nada nem para com ninguém, a minha ideia de vida é obter satisfação ao máximo”).

Por sua vez, as distorções cognitivas secundárias são caracterizadas como racionalizações pré ou pós- transgressão que têm como objetivo a neutralização de culpa ou de problemas de consciência, com o objetivo de prevenir a danificação da imagem do próprio após o comportamento antissocial. Gibbs (1991, citado por Barriga et al., 1996) sugere que as distorções cognitivas secundárias servem para atenuar o stress causado pelas distorções cognitivas primárias.

De acordo com Achenbach (1991, citado por Barriga e al., 2000), as distorções cognitivas surgem associadas a comportamentos de internalização e de externalização.

Os comportamentos de internalização referem-se a comportamentos de introversão, queixas somáticas, ansiedade e depressão. Os comportamentos de externalização referem-se a comportamentos agressivos ou delinquentes.

Beck (1979) considera, através da sua teoria da depressão, quatro categorias de distorções cognitivas caracterizadas por estarem presentes em comportamentos de internalização, sendo estas: a catastrofização; a sobre generalização; a personalização; e a abstração seletiva.

A catastrofização caracteriza o fenómeno em que o indivíduo antecipa não fundamentadamente o desenlace de um acontecimento como catastrófico, ou interpreta um determinado evento como uma catástrofe. Este fenómeno encontra-se intimamente ligado com erros de interpretação que tendem a adotar um cariz enviesado negativamente, o que leva o indivíduo a ter uma perspetiva negativa das mais variadas situações.

A sobre generalização refere-se à assunção de que o resultado de uma experiência será o mesmo para todas as experiências iguais e semelhantes à mesma. Em muitos casos, este tipo de distorções é o que leva muitos jovens a recusarem ingressar em novas relações amorosas devido ao insucesso de relações anteriores. Justificações como “são todos(as) iguais” ou “nunca vou ter sorte” são características deste tipo de distorção.

A personalização caracteriza o fenómeno de assumir a responsabilidade por eventos negativos ou pela interpretação dos mesmos eventos como tendo um significado pessoal, como por exemplo em situações trágicas em que o indivíduo tende a culpabilizar-se pelo sucedido, mesmo que este não tenha sido da sua responsabilidade.

No que diz respeito à abstração seletiva, esta descreve o fenómeno em que o indivíduo se concentra seletivamente nos aspetos negativos das experiências. Este tipo de distorção é o tipo de fenómeno que surge em situações como a anteriormente descrita através do exemplo do casal.

Na sua tipologia de distorções cognitivas de auto benefício, Landau, Stinson II, Liau & Gibbs, 2000) consideram quatro categorias caracterizadas por estarem presentes em comportamentos de externalização, sendo estas: o egocentrismo; a culpabilização do outro; a minimização/categorização errônea; e a assunção do pior. Estas constituem o mesmo tipo de distorções cognitivas consideradas por Barriga et al. (1996) como distorções cognitivas primárias e secundárias.

De acordo com Barriga et al. (2000), as distorções cognitivas relacionadas com os comportamentos de externalização possuem um papel de auto benefício, uma vez que auxiliam na proteção do *self* relativamente a sentimentos de culpa ou autoconceitos negativos que possam surgir, e assim precipitar e desinibir comportamentos agressivos ou antissociais. São então designadas de distorções cognitivas de auto benefício ou “self-serving”. Por sua vez, as distorções cognitivas relacionadas com comportamentos de internalização possuem um papel de auto depreciação, e poderão contribuir para a autodestruição. São assim designadas de distorções cognitivas de auto depreciação ou “self-debasing”. Estas foram estudadas por Beck (1976, citado por Eckhardt, 2000) através da terapia cognitiva como pensamentos automáticos e de cariz depressivo erroneamente negativos.

As distorções cognitivas do tipo “self-serving” são consideradas por diversos estudos (Barriga et al., 2000; Henning, Jones & Holdford, 2005) como preponderantes enquanto fator de risco para o cometimento de comportamentos antissociais, o que indica uma forte relação entre as distorções cognitivas de cariz “self-serving” e os comportamentos de externalização, ou seja, comportamentos antissociais ou delinquentes.

No que diz respeito às distorções cognitivas do tipo “self-debasing”, apesar da sua maior associação com os comportamentos de internalização, alguns estudos apontam também uma relação com comportamentos de externalização (O'Connor, Thomas, McGuire, Reiss, Hetherington, & Plomin, 1998). Em diversos casos, é referida a existência de uma relação entre a presença de sintomatologia depressiva e a execução de atos agressivos (Terasaki, Gelaye¹, Berhane & Williams, 2009), o que leva à depreensão de que estes estejam relacionados.

Objetivos e Hipóteses

O objetivo da presente dissertação de mestrado coloca-se com a análise das prevalências das situações de violência no namoro numa amostra de jovens casais de estudantes universitários com vista a avaliar o impacto produzido pela presença de crenças e de distorções cognitivas como preponderantes para a presença de violência nas mesmas relações.

Em relação às hipóteses que foram concebidas, estas traduzem-se da seguinte forma: a) a violência psicológica consiste do tipo de violência mais prevalente em relações no namoro entre casais de jovens universitários; b) o sexo feminino é o mais perpetrador de violência em relações no namoro entre casais de jovens universitários; c) ambos os sexos são vitimizados por igual em relações no namoro entre casais de jovens universitários d) a longa duração da relação constitui um fator de risco para a perpetração de violência em relações no namoro entre casais de jovens universitários; e) as crenças sustentadoras de violência no namoro constituem um fator de risco para o cometimento de atos violentos numa relação de namoro entre jovens. A próxima hipótese relaciona-se com o cariz de risco das distorções cognitivas para o cometimento de atos violentos em relações de namoro em jovens. Uma vez que a literatura revista apresenta certas contradições quanto a este cariz, esta hipótese foi formulada tendo em consideração o consenso maioritário encontrado nos estudos revistos. Assim, a próxima hipótese traduz-se da seguinte maneira: f) as distorções cognitivas constituem um fator de risco para o cometimento de atos violentos em relações de namoro entre casais de jovens universitários.

Após indagar-se mais profundamente a temática da violência no namoro, verificou-se a existência de uma relação entre as crenças legitimadoras de violência no namoro, que surgem na literatura como fator de risco para o cometimento de atos violentos em relações de namoro, com as distorções cognitivas. A última hipótese considerada propõe-se assim a confirmar de forma exploratória esta relação, procurando compreender a raiz da mesma através da consideração da possibilidade de o nível de crenças sustentadoras da violência no namoro ser mediada pela presença de distorções cognitivas. Deste modo, a última hipótese traduz-se da seguinte forma: g) as distorções cognitivas constituem uma variável mediadora da variável “crenças sustentadoras de violência nos namoro” face à sua influência na perpetração de comportamentos violentos em relações de namoro entre casais de jovens universitários.

Método

Participantes

Neste estudo participaram, de uma amostra recolhida online, 180 estudantes universitário, dos quais 90 indivíduos (50%) pertencem ao sexo feminino e 90 indivíduos (50%) ao sexo masculino. A idade dos inquiridos encontra-se compreendida entre os 18 e os 29 anos de idade, sendo que a maior parte dos indivíduos (41.7%) possui idades entre os 21 e os 24 anos de idade. Todos os participantes têm ou já tiveram experiência numa relação amorosa, sendo que 86 (47.8%) dos participantes admitem que a sua relação mais conflituosa consiste da sua relação atual; 29 (16.1%) dizem ter sido uma relação do último ano; e 65 (36.1%) revelam que esta foi uma relação que tiveram há mais de um ano.

Em relação à duração da relação selecionada, 42 (23.3%) participantes revelaram que esta teve a duração de apenas alguns meses; 46 (25.6%) permaneceram na relação durante pelo menos 1 ano; 26 (14.4%) pelo menos durante 2 anos; 22 (12.2%) pelo menos durante 3 anos; 19 (10.6%) pelo menos durante 4 anos; e 25 (13.9%) pelo menos durante 5 anos.

Instrumentos

Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI) (De Wolfe, Scott, Straatman, Grasley, & Reitzel-Jaffe, 2001; versão adaptada por Saavedra, Machado, Martins, & Vieira, 2008).

O presente instrumento consiste num questionário de auto relato que pretende realizar uma avaliação da utilização de estratégias de resolução de conflitos positivas ou abusivas nos relacionamentos de namoro entre jovens. É constituído por 35 itens, sendo cada um destes de cariz duplo, o que permite estabelecer a distinção entre o comportamento do próprio e o comportamento do parceiro. Assim, torna-se possível aferir não só o tipo de comportamentos executados pelo próprio, mas também os comportamentos de que este é alvo por parte do companheiro.

Encontra-se direcionado para jovens de idade igual ou superior a 14 anos que tenham experiência atual ou passada de envolvimento numa relação amorosa.

Através da aplicação deste, é possível aferir sobre diferentes tipos de abuso, como a perpetração de coerção sexual; a realização de ameaças; de violência emocional; e de violência física.

Assim, destacam-se cinco subescalas a partir das quais é possível avaliar-se os diferentes tipos de violência: abuso sexual (itens 2; 13; 15; e 19); ameaças (itens 5; 29; 31; e 33); violência relacional (itens 3; 20; e 35); violência verbal-emocional (itens 4; 7; 9; 12; 17; 21; 23; 24; 28; e 32); e violência física (itens 8; 25; 30; e 34).

Uma vez que é possível diferenciar entre comportamentos perpetrados pelo próprio e comportamentos de que se foi vítima por parte do companheiro, as subescalas foram organizadas tendo em conta esta diferenciação (e.g. perpetração de violência física, vitimação de violência física). Ainda, foram consideradas mais duas subescalas: uma subescala referente aos comportamentos abusivos perpetrados no geral (itens 2; 3; 4; 5; 7; 8; 9; 12; 13; 15; 17; 19; 20; 21; 23; 24; 25; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; e 35), e uma subescala referente à vitimação no geral (itens 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 7.1; 8.1; 9.1; 12.1; 13.1; 15.1; 17.1; 19.1; 20.1; 21.1; 23.1; 24.1; 25.1; 28.1; 29.1; 30.1; 31.1; 32.1; 33.1; 34.1; 35.1).

O valor da consistência interna da versão portuguesa deste inventário, avaliado pelo alfa de Cronbach, é de 0,90 (Saavedra, 2010).

O valor da consistência interna obtido no presente estudo é 0,87, sendo que os valores da consistência interna obtidos nas subescalas foram: escala de comportamentos abusivos perpetrados = 0.91; subescala de vitimação no geral = 0.91; subescala de perpetração de abuso sexual = 0.68; subescala de vitimação de abuso sexual = 0.84; subescala de realização de ameaças = 0.78; subescala de vitimação de ameaças = 0.80; subescala de perpetração de violência relacional = 0.84; subescala de vitimação de violência relacional = 0.82; subescala de perpetração de violência verbal-emocional = 0.83; subescala de vitimação de violência verbal-emocional = 0.84; subescala de perpetração de violência física = 0.85; subescala de vitimação de violência física = 0.86.

Dadas as condições da consistência da subescala de “perpetração de abuso sexual”, esta não foi utilizada nas análises.

A cotação dos itens do instrumento é realizada de 0 a 3, de acordo com a sua ocorrência e frequência, em que o “nunca” é cotado como “0”; o “raramente” é cotado como “1”; o “às vezes” como “2”; e o “frequentemente” como “3”. A cotação do resultado final é realizada através da soma dos valores obtidos na escala, sendo que valores mais elevados correspondem à presença de estratégias de resolução de conflitos abusivas. A cotação das subescalas é realizada através do estabelecimento de uma média e consequente ponto de corte, o que possibilita assim o conhecimento dos seguintes valores máximos para cada subescala: ameaças = 24; violência relacional =

18; violência verbal e emocional = 60; violência física = 24. Este instrumento não apresenta itens invertidos.

Cognitive distortion scale (CDS) (De Briere, 2000; versão adaptada por Saramago, Almeida & Soeiro, 2011).

Este instrumento consiste numa escala de autorrelato que possui como objetivo a identificação da presença de distorções cognitivas do tipo “self-debasing”. É constituída por 40 itens que se dividem em cinco subescalas: autocrítica (itens 1; 6; 11; 16; 21; 26; 31; e 36); auto culpabilização (itens 2; 7; 12; 17; 22; 27; 32; e 37); desesperança (itens 4; 9; 14; 19; 24; 29; 34; e 39); preocupação com o perigo (itens 5; 10; 15; 20; 25; 30; 35; e 40); e ausência de apoio (itens 3; 8; 13; 18; 23; 28; 33; e 38).

O alpha de Cronbach geral encontrado pelos autores originais do questionário foi de 0.94, sendo que os valores obtidos nas subescalas foram: autocrítica = 0.93; auto culpabilização = 0.92; desesperança = 0.97; preocupação com o perigo = 0.89; e ausência de apoio = 0.97 (Briere, 2001).

O valor do alpha obtido neste estudo foi de 0.92, sendo que as suas subescalas apresentaram: autocrítica = 0.77; auto culpabilização = 0.72; desesperança = 0.92; preocupação com o perigo = 0.74; e ausência de apoio = 0.65.

Dadas as condições da consistência interna da subescala “ausência de apoio” deste instrumento, esta não foi utilizada nas análises realizadas.

A cotação dos itens do instrumento é realizada de 1 a 5, de acordo com o nível de frequência das ocorrências, em que “nunca” é cotado como “1”; “uma ou duas vezes” é cotado como “2”; “às vezes” é cotado como “3”; “com frequência” é cotado como “4”; e “muitas vezes” é cotado como “5”.

A cotação do resultado final é realizada através da soma dos valores obtidos na escala, sendo que a presença de valores mais elevados é significativo de presença mais marcada de distorções cognitivas.

A cotação das subescalas é realizada através do somatório dos valores obtidos, tendo em conta que valores iguais ou superiores a 70 são indicativos de distorções cognitivas clinicamente significativas. Valores entre 60 e 69 são também indicativos da presença de distorções, apesar de menos significativas clinicamente que as anteriores.

Este instrumento não apresenta itens invertidos.

Acceptance of Couple violence scale (De Foshee, Fothergill, & Stuart, 1992; versão adaptada por Soeiro & Couto, 2013).

Este instrumento consiste de uma escala de autorrelato que possui como objetivo a determinação do grau de aceitação da violência em relações amorosas. Este é determinado através da seleção do grau de concordância com várias afirmações consoante as crenças do participante.

A escala é constituída por 11 itens de onde é possível agrupar três subescalas: subescala de aceitação de violência masculina face ao sexo feminino (itens 1; 3; e 4); subescala de aceitação de violência feminina face ao sexo masculino (itens 5; 6; e 8); e a subescala de aceitação de violência relacional no geral (itens 2; 7; 9; 10; e 11).

A validação deste instrumento foi obtida através de um estudo (Sezer, 2008) realizado com jovens estudantes, tendo o alpha de Cronbach revelado um valor de 0.87.

O valor do alpha obtido neste estudo foi igualmente de 0.87, tendo as suas subescalas apresentado por sua vez, os seguintes valores: aceitação de violência masculina face ao sexo feminino = 0.68; de aceitação de violência feminina face ao sexo masculino = 0.67; violência relacional no geral = 0.72.

Dadas as condições da consistência interna de algumas subescalas, nomeadamente a subescala de “aceitação de violência masculina face ao sexo feminino” e a subescala de “aceitação de violência feminina face ao sexo masculino”, estas não foram utilizadas nas análises.

A cotação dos itens deste instrumento é realizada de 1 a 4, de acordo com o grau de concordância com as afirmações, em que “discordo fortemente” é cotado como “1”; “discordo” é cotado como “2”; “concordo” é cotado como “3”; e “concordo fortemente” é cotado como “4”.

A cotação do resultado final, assim como das subescalas, é realizada através da soma dos valores obtidos, sendo que valores mais elevados são significativos de um grau mais elevado de aceitação de violência em relações amorosas e consequentemente de crenças sustentadoras da mesma.

Este instrumento não apresenta itens invertidos.

Procedimentos

Após a extensa investigação literária e delineação dos objetivos a cumprir, foram selecionados os instrumentos mais adequados com vista à obtenção dos resultados necessários à solução das questões formuladas. Posteriormente procedeu-se à tradução

do instrumento Acceptance of Couple Violence (Foshee et al., 1992), uma vez que este ainda permanecia na forma original.

Durante o mesmo período, foram redigidos e enviados pedidos de autorização de colaboração no estudo a diversas entidades acadêmicas, no sentido de obter consentimento na aplicação dos instrumentos aos estudantes universitários.

Os instrumentos foram posteriormente colocados em formato digital no sentido de poderem ser preenchidos online. Adicionalmente aos instrumentos, foram criadas algumas perguntas relativas aos dados sociodemográficos do participante. A primeira destas questões visou discriminar se o jovem já possuía experiência numa relação amorosa ou não, visto que esta consiste de uma questão importante para o estudo. Caso o jovem não possuísse este tipo de experiência, não deveria responder ao questionário.

Foi também inserida uma questão relacionada com a duração dessa relação, no sentido de ser possível estudar a sua influência como potencial fator de risco nas relações violentas. A variável sexo foi também introduzida com vista a ser possível a observação das diferenças deste entre as diferentes variáveis.

Terminada a preparação do instrumento final, foi adicionada uma secção informativa acerca dos objetivos do estudo e do cariz anónimo e confidencial deste, concluindo com uma questão optativa em que o participante decide concordar com os termos e participar no estudo ou não.

Seguidamente, os questionários foram distribuídos através do seu envio para os jovens estudantes universitários. Após a concretização da recolha da amostra, foi encerrado o estudo no sentido de dar início ao processamento estatístico dos dados e análise dos resultados.

Resultados

A primeira análise a ser conduzida, referente à questão da prevalência dos tipos de violência em relações de namoro remeteu para uma comparação das médias obtidas pelas subescalas apresentadas pelo CADRI, tendo a violência verbal e emocional apresentado o valor de média mais elevado (Tabela 1).

Não tanto com o mesmo impacto revelado pelos indicadores anteriores, surgiu a perpetração de ameaças, seguida pela violência relacional e pela violência física que apresentaram valores idênticos e mais baixos.

Tabela 1

Prevalência dos Tipos de Violência em Relações de Namoro (Subescalas do CADRI)

	N	M	DP	t	p
Ameaças	180	.26	.45	7,845	.00
Violência relacional	180	.21	.46	6,21	.00
Violência verbal e emocional	180	.95	.52	24,48	.00
Violência física	180	.21	.46	6,39	.00

Nota. $p < .05$

Em seguida, procedeu-se ao estudo das diferenças entre sexos em relação aos comportamentos de perpetração e vitimização na presente amostra no sentido de explorar a nossa segunda hipótese. No que diz respeito aos comportamentos de perpetração, os resultados obtidos apresentaram valores de média ligeiramente mais elevados no sexo feminino relativamente ao sexo masculino. Do mesmo modo, os comportamentos de vitimização apresentaram valores mais elevados para o sexo feminino comparativamente ao sexo masculino (Tabela 2).

Na perspetiva de averiguar os tipos de violência mais associados com cada sexo no que diz respeito à perpetração, realizou-se uma comparação das médias obtidas por cada um dos sexos nas diferentes formas de violência descritas pelas subescalas do CADRI.

No que diz respeito às subescalas de “violência relacional” e “abuso sexual”, estas não revelaram significância para o estudo, pelo que foram removidas da análise. Assim,

e após a obtenção dos resultados, foi possível verificar que, para esta análise, o sexo feminino revelou valores mais elevados para todas as subescalas de perpetração de todos os tipos de violência face ao sexo masculino (Tabela 3).

Tabela 2

Diferenças de Sexo Relativamente aos Comportamentos de Perpetração e Vitimação de Violência no Namoro (Subescalas de Perpetração e Vitimação do CADRI)

	Feminino		Masculino		t	p
	n = 90		n = 90			
	M	DP	M	DP		
Perpetração	12.75	10.50	9.24	7.41	2.59	.01
Vitimação	17.75	13.71	12.44	9.28	3.04	.03

Nota. p < .05

Tabela 3

Diferenças de Sexo na Perpetração dos Vários Tipos de Violência (Subescalas de Perpetração do CADRI)

	Feminino		Masculino		t	p
	n = 90		n = 90			
	M	DP	M	DP		
Ameaças	1.05	1.92	.51	1.33	2.20	.02
Violência verbal e emocional	9.64	5.87	7.04	4.11	3.43	.00
Violência física	1.01	2.09	.45	1.27	2.15	.03

Nota. p < .05

No mesmo sentido, pretendeu-se averiguar os tipos de violência mais associados com cada sexo em relação aos comportamentos de vitimação, pelo que foram novamente comparados os valores obtidos das subescalas do CADRI no sentido de observar as diferenças relativas ao sexo (Tabela 4). Novamente, a subescala relativa à

violência relacional foi removida por não integrar os requisitos requeridos da significância. Nesta análise foi possível constatar uma semelhança com o quadro da perpetração no sentido em que, novamente, o sexo feminino apresentou valores mais elevados em todas as subescalas de violência.

Tabela 4

Diferenças de Sexo na Vitimação dos Vários Tipos de Violência (Subescalas do CADRI)

	Feminino		Masculino		t	p
	N = 90		N = 90			
	M	DP	M	DP		
Ameaças	1.91	2.74	.73	1.58	3.52	.00
Violência verbal e emocional	11.87	6.73	9.52	5.66	2.53	.01
Violência física	1.40	2.68	.64	1.60	2.29	.02

Nota. $p < .05$

No que diz respeito às diferenças de sexo, a análise que foi realizada em seguida, que pretendia avaliar potenciais diferenças respeitantes às crenças sustentadoras de violência, não apresentou valores significativos que permitissem uma diferenciação dos valores entre os sexos.

Assim, procedeu-se à próxima análise com vista a estudar as diferenças de sexo entre os vários tipos de distorções cognitivas propostas pelas subescalas do CDS. Por terem apresentado valores de significância não correspondentes ao requerido, as subescalas respeitantes à “desesperança” e “preocupação com o perigo” foram removidas. Após a obtenção dos resultados, foi possível observar que o sexo feminino obteve um valor mais elevado nas subescalas de auto criticismo e de auto culpabilização comparativamente ao sexo masculino (Tabela 5).

Seguidamente, foi conduzida a análise permissora da avaliação da quarta hipótese formulada, que impõe a correlação entre a duração da relação com a presença de violência na mesma, o que após a realização do mesmo processo, possibilitou verificar

que o resultado obtido não se apresentou significativo, pelo que uma correlação entre as duas variáveis se revelou inexistente.

Tabela 5

Diferenças de Sexo Entre os Diferentes Tipos de Distorções Cognitivas

	Feminino		Masculino		t	p
	N = 90		N = 90			
	M	DP	M	DP		
Auto criticismo	17.32	6.07	15.01	6.45	2.47	.01
Auto culpabilização	18.25	5.94	16.62	7.30	1.64	.00

Nota. $p < .05$

Em seguida, o exercício de algumas correlações permitiu a obtenção de alguns valores relevantes para o estudo da quinta hipótese sugerida. A primeira destas correlações remeteu para a questão da subescala “aceitação de violência no geral” poder correlacionar-se com a subescala de perpetração do CADRI, o que revelou um valor de correlação moderada ($r = .40$) com uma significância de $p = .00$.

A próxima análise de correlação pretendeu analisar a relação entre a mesma subescala de “aceitação de violência no geral”, mas com a subescala de vitimação do CADRI. Os valores obtidos revelaram-se também significativos ($p = .00$), contudo, o valor da correlação apresentou-se como baixo ($r = .31$).

Por sua vez, seguiram-se as análises respeitantes à escala de distorções cognitivas com vista a verificar o tipo de correlação existente com as subescalas de perpetração e de vitimação do CADRI. No que diz respeito à primeira, foi encontrado um nível de significância de $p = .00$, e um valor de correlação baixa ($r = .30$). Relativamente à segunda, o nível de significância encontrado foi de $p = .00$, sendo que a correlação encontrada teve o valor de $r = .43$, revelando uma correlação moderada.

Em seguida, o objeto de análise consistiu na correlação entre a subescala de “aceitação de violência no geral” do ACV e a as subescalas do CDS. Foi possível verificar resultados significantes para as subescalas de “desesperança” e “preocupação com o perigo”, sendo que a correlação da subescala de “desesperança” apresentou um valor de correlação baixo, e a subescala de “preocupação com o perigo” revelou um

valor de correlação muito baixo (Tabela 6). As subescalas de “auto criticismo” e “auto culpabilização” não apresentaram significância.

Tabela 6

Relação entre Crenças Sustentadoras de Violência no Namoro (Subescala de “Aceitação de Violência no Geral” do ACV) e as Distorções Cognitivas (Subescalas do CDS)

Crenças sustentadoras de violência n = 180		
	Correlação	p
Desesperança	.22**	.00
Preocupação com o perigo	.16*	.02

Nota. **p < .01

*p < .05

Finalmente, na tentativa de averiguar a questão das distorções cognitivas como variáveis mediadoras entre a variável “crenças sustentadoras da violência” face à variável “perpetração de violência” do CADRI, foram realizados os modelos de regressão necessários à concretização desta análise. Em primeiro lugar, os valores revelaram-se significativos ($p = .00$), sendo que o valor da respetiva correlação apresentou-se como moderado ($r = .42$). No que diz respeito ao modelo de regressão, este revelou uma capacidade explicativa fraca ($r^2 = .17$).

Em segundo lugar, face às variáveis “distorções cognitivas” e “perpetração de violência no namoro”, estas apresentaram também uma correlação significativa ($p = .00$), sendo que esta se revelou como baixa ($r = .30$). O modelo de regressão para estas variáveis apresentou uma capacidade explicativa muito baixa ($r^2 = .09$).

Para finalizar, a regressão múltipla entre as variáveis “crenças sustentadoras de violência” e “distorções cognitivas” com a variável “perpetração de violência” não se revelou muito conclusiva, tendo o modelo de regressão múltipla entre estes revelado também uma reduzida capacidade explicativa ($r^2 = .24$). Dados os valores reduzidos que foram obtidos por todos os modelos de regressão efetuados, considerou-se que posteriores análises ao estudo da mediação das presentes variáveis não seriam prosseguidos.

Discussão

Conforme a ordem de obtenção dos resultados, ir-se-á em primeiro lugar, proceder ao debate dos valores obtidos na análise das hipóteses colocadas pela presente investigação.

A primeira hipótese sugerida referente à prevalência da violência psicológica foi registada como concordante com a literatura revista (Lehrer et al., 2009, Muñoz-Rivas et al., 2007). Pôde constatar-se a prevalência significativa da violência verbal e emocional, sendo que estas constituem dois importantes tipos de violência psicológica.

Assim, a hipótese sugerida de que a violência psicológica consiste do tipo de violência que é mais frequente nas relações de namoro entre jovens foi confirmada pelos valores obtidos.

A seguinte análise visou a confirmação da segunda e terceira hipóteses que sugerem a questão de que o sexo feminino deverá ser o mais perpetrador da relação, mas que ambos tendem a vitimizar-se em igualdade.

No que diz respeito ao sexo do mais perpetrador, os valores obtidos apontaram para o sexo feminino, indo de encontro ao confirmado pelos autores revistos (Milletich et al., 2010; Miller, 2011; Gover et al., 2008; Paiva et al., 2004; Luthra et al., 2006). Contudo, em termos de vitimação, os resultados revelaram ser também o sexo feminino o mais vitimizado, contrariamente aos valores aproximados esperados. Este fato não veio a confirmar a prévia hipótese de que ambos os sexos deveriam obter níveis semelhantes de vitimação, dado que a literatura não encontra um consenso neste aspeto. Apesar disso, os resultados revelaram ir de encontro ao constatado por alguns autores em cujos estudos o sexo feminino se revelou como mais vitimizado (Machado et al., 2010; Gover et al., 2008; Lehrer et al., 2009). Esta questão relacionada com a falta de consenso sobre o sexo mais vitimizado pode encontrar-se relacionada com as diferenças entre as amostras recolhidas pelos vários estudos, não permitindo uma constatação única acerca deste ponto.

Ainda, após a análise discriminada dos tipos de violência, foi possível observar que nenhum dos tipos de violência revelou ter como principal agente de perpetração o sexo masculino, sendo que em todos eles, o sexo feminino assumiu a liderança em termos de perpetração. O mesmo aconteceu para as escalas de vitimação em que o sexo feminino revelou também demonstrou ser prevalente.

Em seguida, a análise de diferença de sexos em termos de crenças sustentadoras de violência no namoro não se apresentou um resultado significativo, o que levou à

conclusão de que ambos os sexos possuem aproximadamente o mesmo tipo de crenças a este respeito.

Contrariamente, no que diz respeito às diferenças de sexo na presença de distorções cognitivas, o sexo feminino indicou ser possuidor de maior quantidade de distorções cognitivas de nível auto crítico e auto culpabilizador face ao sexo masculino que, apesar de ter revelado menos distorções cognitivas neste nível, estes valores não foram muito mais reduzidos.

Relativamente à quarta hipótese apresentada em que se sugeria que a duração de uma relação amorosa consiste de um fator de risco para a presença de violência na mesma, como sugerido por diversos autores (Miller et al., 2011; Luthra et al., 2006; Mason & Smithey, 2012), a inexistência de uma correlação entre as variáveis indicou que esta hipótese não foi confirmada, alegando assim os resultados que a duração das relações não possui uma influência na presença de violência nas relações.

A quinta hipótese sugerida confirmou-se através da correlação efetuada, que revelou o cariz influente das crenças sustentadoras de violência no namoro na presença de violência em relações de namoro, como predito por diversos estudos (Caridade et al., 2006; Follingstad et al., 1999, citado por Murray et al., 2007). Deve dizer-se que a correlação apresentou-se como moderada, pelo que mais estudos neste campo poderiam ser conduzidos, no sentido de obter mais informação acerca deste fator. Não obstante, esta hipótese revelou-se confirmada através da verificação das crenças sustentadoras de violência como fator de risco para a presença de violência em relações de namoro em jovens. Do mesmo modo, as crenças apresentaram-se também significativas enquanto fator de risco para a vitimação em relações de violência, contudo, o valor da correlação também se revelou reduzido, pelo que esta poderia também beneficiar de mais estudos.

No que diz respeito às distorções cognitivas, a verificação destas como fator de risco para a perpetração de violência no namoro constitui a sexta hipótese considerada, uma vez que se considerou importante esta análise no sentido de tentar compreender as contradições presentes nos diversos estudos.

Os resultados obtidos por esta análise foram semelhantes aos obtidos pelas crenças no sentido em que estas também se revelaram significantes como fator de risco tanto na perpetração como na vitimação de violência em relações de namoro através, contudo, de correlações moderadas e baixas respetivamente. O carácter baixo da correlação entre as distorções cognitivas e a perpetração de violência face ao valor moderado da correlação entre as distorções cognitivas face à vitimação de violência pode ter explicação no fato

de o instrumento *Cognitive Distortion Scale* consistir de um instrumento de avaliação de distorções cognitivas self-debasing, que se encontram, de acordo com Barriga et al. (2000), mais associados a comportamentos de internalização, caracterizados por se encontrarem muito presentes em indivíduos com sintomas depressivos. Deste modo, é possível que se os resultados obtidos pelo CDS se tenham correlacionado com maior intensidade com a escala de vitimação do CADRI.

Contudo, e apesar dos valores moderados adquiridos, o seu cariz de risco revelou-se presente, indiciando uma influência, ainda que reduzida na presença de violência nos relacionamentos amorosos, como defendido por Nas, Brugman, & Koops (2008), através da sugestão de que o comportamento antissocial possui origem em interpretações deficientes e deturpadas dos eventos sociais. Apesar disso, o cariz moderado da correlação pode encontrar-se relacionado também com as questões colocadas por Beck (1979) e Barriga et al. (2000) que sugerem que as distorções cognitivas não são exclusivas dos comportamentos violentos e antissociais, pelo que se considera admissível considerar que este fato possa encontrar-se relacionado com o valor obtido pela correlação.

Deste modo, passou-se à análise da sétima e última hipótese perspectivada que consistia em avaliar a capacidade da presença das distorções cognitivas funcionarem como uma variável mediadora na relação “presença de crenças”/“presença de violência no namoro”; perspectiva esta emergente da teoria Beck e Ellis (1999), que postula que um sistema de crenças rígido e autoritário seria o componente central tóxico do sistema de crenças do qual emergem as distorções cognitivas. Contudo, os resultados obtidos demonstraram uma capacidade explicativa de apenas 24%, o que se considerou um valor demasiado reduzido para prosseguir a análise.

Conclusão

O presente estudo teve como função o estudo das distorções cognitivas e das crenças sustentadoras de violência como fatores de risco para a presença de violência em relações amorosas entre casais de jovens estudantes tentando analisar a natureza da relação entre estes dois fatores.

No que diz respeito às distorções cognitivas, os resultados revelados nas análises demonstraram uma influência como fator de risco nas relações violentas, contudo, o valor da correlação não se apresentou tão elevado que possibilitasse a confirmação de uma influência marcada e decisiva das mesmas. Uma vez que a presença de distorções cognitivas surge associada com algumas contradições na literatura quanto ao seu cariz de risco para o cometimento de atos antissociais, considera-se que seria de grande benefício a condução de mais estudos neste âmbito.

O estudo da relação das distorções cognitivas com as crenças sustentadoras de violência nas relações de namoro, através do processo de mediação, não se revelou muito conclusivo, em parte devido a uma das limitações com que se deparou durante o estudo respeitante ao fato de duas das subescalas do instrumento Acceptance of Couple Violence não terem apresentado uma consistência interna favorável que justificasse a sua utilização, pelo que a análise da mediação revelou-se limitada à utilização de uma só subescala.

O instrumento Acceptance of Couple Violence demonstrou consistir da principal limitação, não tendo em primeiro lugar, estudos de validação para a população portuguesa e apresentando, em segundo, um carácter pouco subtil nas questões colocadas, tornado assim os itens relativamente previsíveis em termos de resposta, o que pode ter influenciado os valores totais obtidos nas análises.

O instrumento Cognitive Distortion Scale, como já foi referido anteriormente, foi selecionado com base nas conclusões indicadas por alguns autores que referem a existência de uma relação entre a sintomatologia depressiva associada às distorções cognitivas *self-debasing* e os comportamentos de externalização. Contudo, e apesar deste mesmo carácter, este fato pode ter em parte limitado as análises elaboradas no que diz respeito às correlações efetuadas com o instrumento CADRI, não permitindo obter uma perspetiva clara dos resultados obtidos em relação aos comportamentos de perpetração. Novos estudos com recurso a instrumentos que possibilitem a avaliação de distorções cognitivas de auto benefício ou “self serving” podem assim, trazer resultados importantes nesta área.

Sugere-se ainda , para estudos futuros, o investimento no estudo das distorções cognitivas com vista a tentar uma melhor compreensão do seu cariz de risco, especialmente no que diz respeito às distorções cognitivas do tipo *self-debasing*.

Referências

- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), 105-120.
- Amar, A., & Alexi, E. (2005). “Dissed” by dating violence. *Perspectives in Psychiatric Care*, 41(4), 162-171.
- Anderson, D., & Dodgson, P. (2002). Empathy deficits, self-esteem, and cognitive distortions in sexual offenders. In Y. Fernandez (Eds), *In their shoes* (pp. 73-90). Oklahoma City: Woods ‘N’ Barnes.
- Antunes, M. (2008). Violência e Vítimas em Contexto Doméstico. In C. Machado, & R. Gonçalves (Eds), *Violência e Vítimas de Crime: Adultos* (pp. 43-79). Coimbra: Quarteto Editora.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (1993). Declaration on the elimination of violence against women. Proceedings of the 85th plenary meeting. Geneva. 20 Dec, 1993.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual de Procedimentos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*. APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012). *Estatísticas APAV* [Versão Eletrónica]. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf
- Bair-Merritt, M., Crowne, S., Thompson, D., Sibinga, E., Trent, M., & Campbell, J. (2010). Why do women use intimate partner violence? A systematic review of women’s motivations. *Trauma, Violence, & Abuse*, 11(4), 178-189. doi: 10.1177/1524838010379003
- Bandura, A. (1969). Social-learning theory of identificatory processes. In D. Goslin (Eds), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 213-262). Chicago: Rand McNally.
- Barriga, A., & Gibbs, J. (1996). Measuring Cognitive Distortion in Antisocial Youth: Development and Preliminary Validation of the “How I Think” Questionnaire. *Aggressive Behaviour*, 22, 333-343.

- Barriga, A., Landau, J., Stinson II, B., Liao, A., & Gibbs, J. (2000). Cognitive Distortion and Problem Behaviors in Adolescents. *Criminal Justice and Behaviour*, 27(1), 36-56. doi: 10.1177/0093854800027001003
- Beck, A. (1979). *Cognitive therapy of depression*. New York: Guilford Press
- Beck, A. (1999). *Prisoners of hate: The cognitive basis of anger, hostility, and violence*. New York: HarperCollins.
- Blake, E., Gannon, T. (2008). Social Perception Deficits, Cognitive Distortions, and Empathy Deficits in Sex Offenders : A Brief Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9(1), 34-55. doi: 10.1177/1524838007311104
- Briere, J. (2001). *Cognitive Distortions Scale*. Los Angeles: Psychological Assessment Resources.
- Caridade, S., Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.
- Center for Sex Offender Management (1999). Glossary of terms used in the management and treatment of sexual offenders. [Versão Eletrónica]. Retirado de <http://www.csom.org/pubs/glossary.pdf>
- Código Penal (2013). *Código Penal e legislação complementar* (3ªed). Lisboa: Quid Juris-Sociedade Editora Lda.
- Decreto Lei nº 19/2013 de 21 de fevereiro. *Diário da República nº 37/2013 – 1ª Série*. Assembleia da República. Lisboa
- Eckhardt, C. & Jamison, T. (2002). Articulated Thoughts of Male Dating Violence Perpetrators During Anger Arousal. *Cognitive Therapy and Research*, 26(3), 289–308. doi: 0147-5916/02/0600-0289/0
- Fincham, F., Cui, M., Braithwaite, S., & Pasley, K. (2008). Attitudes towards intimate partner violence in dating relationships. *Psychological Assessment*, 20(3), 260-269. doi: 10.1037/1040-3590.20.3.260
- Fiske, S., & Taylor, S. (1991). *Social cognition* (2ª ed.). New York: McGraw-Hill.
- Foshee, V., Fothergill, K., & Stuart, J. (1992). *Acceptance of Couple Violence*. North Carolina: Ontario Center of Excellence for Child and Youth Mental Health
- Glass, N., Fredland, N., Campbell, J., Yonas, M., Sharps, P., & Kub, J. (2003) Adolescent dating violence: Prevalence, risk factors, health outcomes and implications for clinical practice. *JOGNN Clinical Issues*, 32, 227-238.
- Gover, A., Kaukinen, C. & Fox, K. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of*

- Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693. doi: 10.1177/0886260508314330
- Henning, K., Jones, A., Holdford, R. (2005). "I didn't do it, but if I did I had a good reason": Minimization, Denial, and Attributions of Blame Among Male and Female Domestic Violence Offenders. *Journal of Family Violence*, 20(3), 131-139 doi: 10.1007/s10896-005-3647-8
- Hofer, M. (1984). Relationships as regulators: A psychobiological perspective on bereavement. *Psychosomatic Medicine*, 46(3), 183-197.
- Krantz, G., Garcia-Moreno, C. (2005). Violence against women. *Journal of Epidemiological Community Health*, 59, 818-821. doi: 10.1136/jech.2004.022756
- Lehrera, J., Lehrer, E., & Zhaob, Z. (2009). Physical and psychological dating violence in young men and women in Chile: results from a 2005 survey of university students. *International Journal of Injury Control and Safety Promotion*, 16(4), 205-214. doi: 10.1080/17457300903307003
- Levitt, E. (1950). Cognitive distortion and ego-involvement. *Journal of personality*, 19(2), 212-220. doi: 10.1111/j.1467-6494.1950.tb01097.x
- Lewis, S., Travea, L., & Fremouw, W. (2002). Characteristics of female perpetrators and victims of dating violence. *Violence and Victims*, 17(5), 593-606.
- Luthra, R. & Gidycz, C. (2006). Dating violence among college men and women: evaluation of a theoretical model. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(6), 717-731. doi: 10.1177/0886260506287312
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psicologica*, 33, 69-83.
- Machado, C., Caridade, S., Martins, C. (2010). Violence in Juvenile Dating Relationships Self-Reported Prevalence and Attitudes in a Portuguese Sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52. doi: 10.1007/s10896-009-9268-x
- Makepeace, J. (1981). Courtship Violence among College Students. *Family Relations*, 30(1), 97-102.
- Maruna, S., & Mann, R. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *The British Psychological Society*, 11, 155-177. doi: 10.1348/135532506X114608

- Mason, B., & Smithey, M. (2012). The effects of academic and interpersonal stress on dating violence among college students: A test of classical strain theory. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(5), 974–986. doi: 10.1177/0886260511423257
- Matos, M. (2003). Violência conjugal. In Machado, C. & Gonçalves, R. (Eds), *Violência e Vítimas de Crime: Crianças* (pp. 84-113). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M., Caridade, S., Silva, M., & Machado, C. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática, 8*(1), 55-75.
- McCauley, J., Yurk, R., Jenckes, M. e Ford, D. (1998). Inside ‘Pandora’s Box’: Abused women’s experiences with clinicians and health services. *Archives of Internal Medicine, 13*(8), 549-555.
- Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço*. Brasília/DF: Brasil
- Miller, L. (2011). Physical abuse in a college setting: a study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence, 26*, 71–80. doi: 10.1007/s10896-010-9344-
- Milletich, R., Kelley, M., Doane, A. & Pearson, M. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. *Journal of Family Violence, 25*, 627–637. doi: 10.1007/s10896-010-9319,-3
- Muhlen, B., Dewes, D., & Strey, M. (2012). Violência contra as mulheres: O “privilégio” de qualquer uma!. *Revista de Psicologia Universidade Antioquia, 4*(1), 89-103.
- Muñoz-Rivas, M., Gómez, J., O’Leary, K. & Lozano, P. (2007). Physical and psychological aggression in dating relationships in spanish university students. *Psicothema, 19*(1), 102-107.
- Murray, C., & Kardatzke, K. (2007). Dating violence among college students: key Issues for College Counselors. *Journal of College Counseling, 10*, 79-89. doi: 10.1002/j.2161-1882.2007.tb00008.x
- Nas, C., Brugman, D., & Koops, W. (2008). Measuring Self-Serving Cognitive Distortions with the “How I Think” Questionnaire. *European Journal of Psychological Assessment, 24*(3), 181–189. doi: 10.1027/1015-5759.24.3.181

- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2005). Abuso no relacionamento íntimo e estado de saúde em jovens adultos portugueses. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 5(2), 243-272.
- Pezza, P. & Bellotti, A. (1995). College Campus Violence: Origins, Impacts, and Responses. *Educational Psychology Review*, 7(1), 105-123. doi: IIM0-726X/95/0300-0105507.50
- O'Connor, T., McGuire, S., Reiss, D., Hetherington, E., & Plomin, R. (1998). Co-occurrence of depressive symptoms and antisocial behavior in adolescence: A common genetic liability. *Journal of Abnormal Psychology*, 107(1), 27-37. doi: 10.1037/0021-843X.107.1.27
- Oliveira, A., & Manita, C. (2003). Prostituição, violência e vitimação. In C. Machado, & R. Gonçalves (Eds). *Violência e vítimas de crimes* (pp. 213-239). Coimbra: Quarteto Editora.
- Saavedra, R., Machado, C., Martins, C., & Vieira, D. (no prelo). Inventário de conflitos nas relações de namoro entre adolescentes. In C. Machado, M. Gonçalves, L. Almeida, & M. Simões (Coords.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica*, Vol. I. Coimbra: Almedina.
- Saavedra, R. (2010). "Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis", Dissertação de Doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Saltzman, L., Fanslow, J., McMahon, P., Shelley, G. (1999). Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements. Atlanta: National center for injury prevention and control
- Sezer, O. (2008). The Adaptation of Acceptance of Couple Violence Scale into Turkish: Validity and Reliability Studies. *Journal of the Faculty of Education*, 9(16), 1-15
- Sharps, P. W., & Campbell, J. (1999). Health consequences for victims of violence in intimate relationships. In X. Arriaga, & S. Oskamp (Eds.), *Violence in intimate relationships* (pp. 163-176). Thousand Oaks: The Claremont Symposium on Applied Social Psychology

- Shorey, R. Stuart, G. & Cornelius, T. (2011). Dating violence and substance use in college students: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 541–550. doi: 10.1016/j.avb.2011.08.003
- Sternberg, S. (1969). Memory scanning: Mental processes revealed by reaction time experiments. *American Scientist*, 57, 421-457.
- Stets, J. & Straus, M. (1990). Gender differences in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In M. Straus e R. Gelles (Eds.), *Physical violence in American families: Risk factors and adaptation to violence in 8.145 families* (pp. 151-165). New Brunswick: Transaction Publishers.
- Straus, M., Hamby, Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. doi: 10.1177/019251396017003001
- Straus, M., & Ramirez, I. (2002). Gender symmetry in prevalence, severity and chronicity of physical aggression against dating partners by university students in México and USA. *Aggressive Behavior*, 33, 281–290. doi: 10.1002/ab
- Strauss, M., & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 346-357
- Terasaki, D., Gelaye, B., Berhane, Y., & Williams M. (2009). Anger expression, violent behavior and symptoms of depression among male college students in Ethiopia *BMC Public Health*, 9(13), 1-8. doi: 10.1186/1471-2458-9-13
- Uchino, B. N., Cacioppo, J. T. e Kiecolt-Glaser, J. K. (1996). The relationship between social support and physiological processes: A review with emphasis on underlying mechanisms and implications for health. *Psychological Bulletin*, 119(3), 488-531.
- Wallinius, M., Johansson, P., Lardén, M., & Dernevik, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 38(3), 286-301. doi: 10.1177/0093854810396139

Anexos

Anexo A - Inventário de Conflitos nos Relacionamentos de Namoro Adolescentes (CADRI) (Wolfe, Scott, Straatman, Grasley, & Reitzel-Jaffe, 2001, adaptação Portuguesa: R. Saavedra, C. Machado, C. Martins, & D. Vieira, 2008)

Instruções

Assinala o quadrado que melhor identifica o número de vezes que essas coisas aconteceram.

Como guia de resposta, utiliza a seguinte escala:

Nunca: isto nunca aconteceu no teu relacionamento

Raramente: isto aconteceu apenas 1-2 vezes no teu relacionamento

Às vezes: isto aconteceu cerca de 3-5 vezes no teu relacionamento

Frequentemente: isto aconteceu mais do que 6 vezes no teu relacionamento

DURANTE UMA DISCUSSÃO OU UM CONFLITO COM O MEU (MINHA) NAMORADO(A):	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
1. Eu apresentei os meus motivos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.1 Ele(a) apresentou os motivos dele(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Eu toquei-o(a), sexualmente, contra a vontade dele(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 Ele(a) tocou-me, sexualmente, contra a minha vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Eu tentei pôr os amigos dele(a) contra ele(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1. Ele(a) tentou pôr os meus amigos contra mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Eu fiz alguma coisa para lhe provocar ciúmes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.1. Ele(a) fez alguma coisa para me provocar ciúmes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Eu destruí ou ameacei destruir alguma coisa de que ele(a) gostava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.1. Ele(a) destruiu ou ameaçou destruir alguma coisa de que eu gostava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Eu admiti que tinha alguma culpa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.1. Ele(a) admitiu que tinha alguma culpa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Eu lembrei uma coisa má que ele(a) tinha feito no passado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.1. Ele(a) lembrou uma coisa má que eu tinha feito no passado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Eu atirei-lhe alguma coisa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.1. Ele(a) atirou-me alguma coisa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Eu disse coisas só para o(a) deixar furioso(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1. Ele(a) disse coisas só para me deixar furiosa(o).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Eu dei razões para achar que ele(a) estava errado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.1. Ele(a) deu razões para achar que eu estava errada(o).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Eu concordei que ele(a) estava, em parte, certo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.1. Ele(a) concordou que eu estava, em parte, certa(o).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Eu falei com ele(a) num tom de voz agressivo e mau.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.1. Ele(a) falou comigo num tom de voz agressivo e mau.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Eu forcei-o(a) a ter relações sexuais comigo quando ele(a) não queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.1. Ele(a) forçou-me a ter relações sexuais com ele(a) quando eu não queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Eu apresentei uma solução que achei boa para os dois.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.1. Ele(a) apresentou uma solução que achou boa para os dois.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Eu ameacei-o(a), para tentar ter relações sexuais com ele(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.1. Ele(a) ameaçou-me, para tentar ter relações sexuais comigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Eu deixei de falar até ele(a) se acalmar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16.1. Ele(a) deixou de falar até eu me acalmar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Eu insultei-o(a) com coisas humilhantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.1. Ele(a) insultou-me com coisas humilhantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Eu discuti o assunto calmamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18.1. Ele(a) discutiu o assunto calmamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Eu beijei-o(a) quando ele(a) não queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19.1 Ele(a) beijou-me quando eu não queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Eu contei coisas aos amigos dele(a) para os pôr contra ele(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1 Ele(a) contou coisas aos meus amigos para os pôr contra mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Eu gozei-o(a) ou fiz pouco dele(a) em frente de outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.1 Ele(a) gozou-me ou fez pouco de mim em frente de outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Eu disse-lhe o quanto aborrecida(o) estava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22.1 Ele(a) disse-me o quanto aborrecido(a) estava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Eu controlo com quem ele(a) está e onde está.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23.1 Ele(a) controla com quem eu estou e onde estou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Eu culpei-o(a) pelo problema.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.1 Ele(a) culpou-me pelo problema.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Eu dei-lhe pontapés, bati-lhe ou dei-lhe murros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.1 Ele(a) deu-me pontapés, bateu-me ou deu-me murros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Eu abandonei a sala para me acalmar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.1 Ele(a) abandonou a sala para se acalmar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Eu desisti só para evitar um conflito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27.1 Ele(a) desistiu só para evitar um conflito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Eu acusei-o(a) de se meter com outras(os) raparigas/rapazes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.1 Ele(a) acusou-me de me meter com outros(as) rapazes/raparigas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Eu tentei assustá-lo(a) de propósito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.1 Ele(a) tentou assustar-me de propósito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Eu dei-lhe uma bofetada ou puxei-lhe o cabelo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30.1 Ele(a) deu-me uma bofetada ou puxou-me o cabelo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Eu ameacei magoá-lo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31.1 Ele(a) ameaçou magoar-me.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32. Eu ameacei terminar o namoro.

32.1 Ele(a) ameaçou terminar o namoro.

33. Eu ameacei bater-lhe ou atirar-lhe com qualquer coisa.

33.1 Ele(a) ameaçou bater-me ou atirar-me com qualquer coisa.

34. Eu empurrei-o(a), dei-lhe encontrões ou abanei-o(a).

34.1 Ele(a) empurrou-me, deu-me encontrões ou abanou-me.

35. Eu espalhei boatos contra ele(a).

35.1 Ele(a) espalhou boatos contra mim.

Anexo B - Escala de Distorções Cognitivas (Briere, 2000; traduzido por Saramago, Almeida & Soeiro, 2011)

Instruções:

Irás encontrar de seguida algumas afirmações relacionadas com erros involuntários de processos cognitivos. Lê cada frase com atenção e indica com que frequência te identificas ou já te identificaste com a afirmação em questão, **durante o último mês**, assinalando um (X) na resposta correspondente da seguinte escala.

Se precisares de alterar uma resposta, risca a resposta incorreta e assinala o (X) na correta.

	Nunca	Uma ou duas vezes	Às vezes	Com frequência	Muitas vezes
1. Humilhar-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Culpar-se a si mesmo por algo que lhe aconteceu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Sentir que não pode fazer nada para melhorar a sua situação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Sentir-se impotente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Esperar ser maltratado pelas outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Odiar-se a si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Dizer a si mesmo que tem aquilo que merece quando algo negativo lhe aconteceu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Sentir que não tem muito controlo sobre o que lhe acontece.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Pensar que as coisas nunca serão favoráveis para si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Sentir que o mundo é perigoso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Criticar-se a si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Estar zangado consigo mesmo por ter sido magoado por alguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Sentir-se como se não houvesse muita coisa que pudesse fazer para melhor as condições da sua vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Não ter esperança no futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Uma ou duas vezes	Às vezes	Com frequência	Muitas vezes
15. Esperar más notícias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Chamar nomes a si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Pensar que mereceu algo negativo que lhe aconteceu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não ter nenhum controlo sobre a sua vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Pensar que a sua vida nunca vai melhorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Pensar que alguém irá magoá-lo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Não gostar de si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Culpar-se a si mesmo pelos seus problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Pensar que não há vantagem em tentar mudar as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Pensar que as circunstâncias não vão melhorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Esperar o pior dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Sentir-se pouco atraente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Sentir-se envergonhado por algo que lhe aconteceu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Sentir que coisas negativas lhe acontecem, não importa o seu esforço para preveni-las.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Sentir que não vai ter um grande futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Pensar o pior quando alguém lhe diz que tem algo para lhe dizer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Humilhar-se na presença de outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Sentir-se culpado por algo que lhe fizeram.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Sentir que não tem controlo sobre o que acontece na sua vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Pensar que a sua vida nunca vai ficar melhor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Pensar que os outros tentaram aproveitar-se de si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Chamar estúpido ou feio a si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Culpar-se a si mesmo por alguma coisa, mesmo que provavelmente a culpa não tenha sido sua.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Sentir que não tem muitas escolhas de vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Sentir-se desesperado em relação ao futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Esperar ser criticado ou humilhado injustamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo C - Acceptance of Couple Violence Scale (Foshee, Fothergill, & Stuart, 1992; Adaptação Portuguesa: Soeiro & Couto, 2013)

INSTRUÇÕES

Irás encontrar de seguida um conjunto de afirmações relacionadas com violência no namoro.

Lê atentamente essas frases e coloca um (x) na opção que mais condiz com as tuas crenças.

Não existem respostas certas ou erradas. Existe somente a tua opinião.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Fortemente
1. Um rapaz que se zangue o suficiente ao ponto de bater na sua namorada deve amá-la muito.				
2. A violência entre namorados pode melhorar a relação.				
3. Às vezes, as raparigas merecem ser batidas pelos rapazes com quem namoram.				
4. Uma rapariga que faça ciúmes propositadamente ao namorado merece ser agredida.				
5. Às vezes, os rapazes merecem ser batidos pelas raparigas com quem namoram.				
6. Uma rapariga que se zangue o suficiente para bater no seu namorado deve amá-lo muito.				
7. Por vezes, a violência entre namorados é uma coisa boa.				
8. Um rapaz que faça ciúmes propositadamente à namorada merece ser agredido.				
9. Às vezes, a violência é a única forma de expressarmos os sentimentos.				
10. Alguns casais devem usar a violência para resolver os seus problemas.				
11. A violência entre namorados é um assunto pessoal e ninguém deve interferir.				